

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**“Os meios formais-institucionais de organização negra em Pelotas na década de 1880:  
o caso das sociedades beneficentes”**

**Autor: Felipe Rodrigues Bohrer**

**Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Lima Xavier**

**Banca examinadora:**

**Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt**

**Profa. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen**

**Porto Alegre, novembro de 2008.**

*Agradeço à gentileza da banca examinadora em aceitar o convite para apreciação desta monografia. Ao professor Benito Schmidt com quem iniciei este trabalho, e especialmente a Regina Xavier, pela atenção e paciência apresentado neste difícil caminho de finalização textual, fora, e principalmente, o aprendizado em construção. À minha família por suportar a minha truculência em momentos críticos. Aos meus amigos que me incentivaram à persistência da pesquisa. Bem, em relação a estes, não sei se os agradeço ou os culpo.*

## RESUMO

O presente trabalho busca investigar as formas institucionalizadas de inserção social de parcela da população negra na cidade de Pelotas, utilizando como objeto empírico os estatutos legados pelos meios institucionais-formais de representação desta mesma população surgidos na década de 1880. Este estudo está centrado em três associações mutualistas, buscando entender suas características e interpretar o seu significado naquela sociedade no referido momento histórico, procurando não estudar apenas estas instituições (ressaltando o seu aspecto administrativo e organizacional), mas também compreendendo os meios para a sua condição de existência, onde se revela o sistema social de dominação e resistência. Procurando contribuir para a resolução da questão proposta, são discutidos os desdobramentos teóricos acerca da compreensão do fenômeno mutualista, da mesma maneira que é trabalhada a transformação das relações de trabalho no final do século XIX e início do XX.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>I – Mutualismo e as relações de trabalho.....</b>	<b>09</b>
<b>II – Organização negra em Pelotas.....</b>	<b>21</b>
<b>III – Estatutos como fonte histórica.....</b>	<b>27</b>
<b>IV – As sociedades beneficentes negras de Pelotas.....</b>	<b>30</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO:

Apesar do Rio Grande do Sul, conforme Bakos, não ter baseado a sua economia em uma monocultura fundada no escravismo, necessitou de grandes contingentes de mão-de-obra cativa, principalmente a partir do momento que começou a desenvolver uma agricultura extensiva e o comércio de carne salgada nas décadas finais do século XVIII (1982, p. 13). As charqueadas foram desde o seu surgimento os locais onde se manifestou a maior concentração de escravos negros no Estado.

Segundo a mesma autora, que condensa dados retirados de diversas fontes, Pelotas teria 1.226 cativos em 1814 e 4.788 em 1859, alcançando o ápice de 6.526 em 1884. Isso significou que o município, sozinho, era responsável pela utilização de um pouco menos de 10 % do total de escravos do Estado (1982, p. 22-23).

Assim, a cidade de Pelotas caracterizou-se por ser um centro escravista no Rio Grande do Sul, principalmente pela grande quantidade de charqueadas que sediava<sup>1</sup>, resultando na concentração de trabalhadores escravizados na região. No entanto, esta população vivenciou, durante o regime escravocrata, situações que extrapolaram as práticas estritamente resultantes da relação senhor e escravo. A manifestação de grande contingente de negros livres no período imperial, número que aumenta gradativamente diante da iminência do final do escravismo, resulta pensar que necessitou prover sua subsistência de forma remunerada, podendo ser realizada através de trabalhos esporádicos ou da busca de uma condição assalariada mais estável. Esta nova necessidade vivenciada pelo ex-escravo inseriu-se em um processo de reordenamento nas relações de trabalho resultante da gradativa abolição da escravatura e da inserção da sociedade numa economia capitalista. O negro livre compartilhou com o trabalhador nacional e o crescente contingente de imigrantes pobres a busca de melhores condições de vida e a manutenção de sua situação de mão de obra assalariada. Diante da vulnerabilidade dos trabalhadores neste período de reestruturação sócio-econômica, foram desenvolvidos mecanismos visando sua proteção e manutenção das posições adquiridas, como as associações de socorros mútuos.

A grande quantidade de negros urbanos e livres em Pelotas, na última década do Império, era de tal ordem que permitiu, no início da década de 1880, a organização de três entidades

---

<sup>1</sup> Loner (1997, p. 32) afirma que em 1878 haviam 34 charqueadas em Pelotas, decrescendo para 21 em 1887 e 18 em 1890. A autora revela a dependência do trabalhador cativo para a execução das atividades charqueadoras. No entanto, cabe lembrar a existência de autores considerando o comércio da carne salgada como o principal fator da decadência das charqueadas.

beneficentes negras<sup>2</sup>, sendo elas: **Sociedade Beneficente Fraternidade Artística (fundada em 1880)**, **Sociedade Beneficente Feliz Esperança (fundada em 1880)** e **Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas (fundada em 1881)**. As duas primeiras são exclusivamente de composição negra, ao passo que a última referida tem a sua formação mista, porém caracterizando-se por manter a maioria de seus sócios e diretores pertencentes à etnia negra. Estas entidades de socorros mútuos visavam proteger seus associados através do fornecimento de benefícios pelo sistema da mutualidade.

O surgimento do mutualismo está vinculado ao desenvolvimento de relações de trabalho assalariadas, presentes antes do término formal do modo escravistas de produção. Inseridos neste processo, os negros livres procuraram nestas instituições estabelecerem-se como trabalhadores assalariados, visando almejem melhores condições de vida.

Nesse sentido, o presente trabalho visa investigar as formas de inserção social da população negra utilizando como objeto empírico os meios institucionais-formais de representação desta mesma população. Este estudo está centrado em três associações mutualistas surgidas na cidade de Pelotas na década de 1880, buscando entender suas características e interpretar seu significado naquela sociedade no referido momento histórico. Esta pesquisa não procura estudar apenas estas instituições (ressaltando o seu aspecto administrativo e organizacional), mas também compreender os meios para a sua condição de existência, onde se revela o sistema social de dominação e resistência característicos daquele contexto.

Ressalta-se que esta pesquisa visa investigar, de forma específica, as maneiras que estas mutuais encontravam de integração do negro no meio social, analisando também elementos que possibilitam a compreensão da natureza dessas instituições e como estas favoreceram na elaboração de uma identidade coletiva entre seus membros, marcados pelas disputas em relação das possibilidades de organização social e econômica da população negra.

---

<sup>2</sup> A definição de sociedades negras provém de Loner, que explicita os procedimentos usados na sua pesquisa em relação à identificação desse grupo da seguinte forma: “Em função de nenhum jornal ter o costume de colocar a origem racial como elementos de identificação, ao citar pessoas em suas notícias, partiu-se da identificação de nomes de indivíduos constantes em diretorias de entidades reconhecidas como negras (seja pelo nome, ou porque eventualmente algum jornal assim identificou) e depois, ampliou-se essa procura para outras associações onde tais nomes apareciam, sempre buscando trabalhar com uma certa rigidez na classificação, pois houve casos de entidades mistas. A partir desse mapa de associações, elaborou-se uma lista de nomes que apareciam frequentemente nas entidades étnicas negras e que serviam para identificar os indivíduos negros. Embora se tenha conseguido bons resultados, alerta-se que esse método implica em muitas imprecisões. Primeiramente, porque há muitos nomes iguais em todo o período, e também porque, naqueles anos, os indivíduos das camadas populares, frequentemente, alteravam seus nomes e sobrenomes, sem seguir regras definidas e, portanto, cada indivíduo poderia apresentar-se com dois ou até três nomes, sem que se consiga reconhecê-lo em cada uma dessas diferentes versões”( LONER, 2001, p. 242).

A República trouxe consigo uma série de transformações de ordem político-social, resultando no desenvolvimento de novas demandas e a na inserção de diferentes atores sociais, assim como na readequação de segmentos já presentes no período Imperial. Dessa forma, o estabelecimento do mercado de trabalho assalariado no Brasil esteve atrelado ao crescimento da industrialização, com sua conseqüente expansão do mercado de consumo; a vinda de grandes contingentes imigratórios, portando suas experiências de trabalho livre e de lutas reivindicatórias; e, principalmente, a abolição da escravatura, inserindo uma grande quantidade de ex-escravos nesse novo contexto, representou os principais elementos referentes ao mundo do trabalho nesta época de transformações profundas e de redefinições das formas das relações sociais no Brasil. Nesse sentido, o estudo de entidades negras localizadas no período final do regime escravista, possibilita articular a problemática decorrente do contexto mencionado. Ou seja, permite investigar a relação deste tipo de instituição com a transformação das formas de relação de trabalho, além de analisar a inserção do negro neste mesmo processo.

As fontes utilizadas para analisar estas instituições compõem-se de seus estatutos. Os da Fraternidade Artística datam de 1881, momento de fundação da sociedade, sendo que os da Harmonia dos Artistas compõem-se de dois estatutos datados de 1881 e 1911. Por sua vez os estatutos da Feliz Esperança são de 1897. Esta documentação contém alguns indícios que possibilitam o desenvolvimento dos objetivos propostos. Basicamente, os objetivos e fins manifestados por estas sociedades, assim como aspectos de sua organização interna, indicam particularidades relacionadas à sua composição negra. No entanto, estas fontes revelam alcances limitados de análise, visto que tratam de uma formulação jurídica visando a existência legal das instituições, além de não permitir avaliar as formas das relações estabelecidas cotidianamente pelos sócios das entidades. Procurando investigar as questões ausentes nas fontes, as informações obtidas pela bibliografia sobre as articulações nos seus diferentes campos de atuação, assim como de suas lideranças, contribuíram para analisar as associações beneficentes dialogando com as experiências adquiridas por esta população, além das articulações desenvolvidas em torno dos seus campos de atuação.

O texto encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro, são discutidos os desdobramentos teóricos acerca da compreensão do fenômeno mutualista, da mesma maneira que é trabalhada a transformação das relações de trabalho no final do século XIX e início do XX. No segundo, são analisadas brevemente as diferentes formas de organização negra desenvolvidas em Pelotas no período imperial e republicano. No terceiro, é discutida a

utilização dos estatutos como fonte histórica, bem como o estudo dos meios-formais de representação, tanto no que compete às críticas existentes, como os argumentos favoráveis a sua utilização e realização. E no quarto, são analisadas a documentação utilizada procurando responder as questões em torno da inserção social e formação identitária.

Este estudo, sabendo de suas limitações, não pretende analisar de forma abrangente e definitiva a questão das relações inter-étnicas neste determinado período, mas busca traçar, através de uma investigação institucional-organizacional, a articulação de alguns elementos desta problemática. Em função destas relações se manifestarem nas experiências e nas ações coletivas, estes meios institucionalizados são também componentes destas relações sociais.



## **I - Mutualismo e as relações de trabalho**

A pesquisa desenvolvida procura analisar a inserção social do trabalhador negro através das entidades mutualistas em um período de transformação das relações de trabalho. Nesse sentido, estas associações proporcionam a discussão sobre este processo referido, assim como contribuem para a discussão em torno da participação e inserção da população negra, sob nova condição jurídica, no mundo do trabalho assalariado.

O surgimento deste tipo de entidade tem ligação com o período de reconfiguração de uma sociedade tradicional, que era caracterizada pelas próprias relações de trabalho no ambiente patriarcal-escravista, para uma sociedade urbana onde se instauravam relações capitalistas de produção (PETERSEN, 2001, p. 34). Em relação à origem destas instituições, Luca afirma que ocorrem como conseqüência do desenvolvimento das relações capitalistas instaurando novas “questões sociais”, ensejando o seu crescimento (LUCA, 1990, p. 27). Diante desta transformação, a reestruturação do mercado de trabalho resultou em novas demandas sociais onde estavam inseridas a população negra livre, o contingente imigratório e migratório e a crescente industrialização. O trabalhador estava em um mundo no qual desaparecia o trabalho escravo, em que a migração, a imigração e o trabalho na fábrica significavam a necessidade de construir novos mecanismos de proteção e novos laços de solidariedade. Como lembra Petersen,

“a liberdade de movimentos que a sociedade industrial trouxe consigo aparelhou também uma individuação crescente e a caracterização de um sujeito ao mesmo tempo tão “livre” quanto desprotegido, pois não existe um Estado que assegure garantias de subsistência mínima ao cidadão” (2001, p. 34).

A condição do trabalhador assalariado é caracterizada, na sociedade capitalista em formação, pela instabilidade e ausência de direitos. Esta situação era vivenciada quando, em algum momento ou situação de adversidade, este era impossibilitado de trabalhar, deixando de receber a sua remuneração. Diante destas dificuldades o trabalhador não podia contar com auxílio de instituição alguma, tendo que enfrentar estas situações sem nenhum respaldo. Portanto, segundo Petersen “não é de estranhar que desde cedo os trabalhadores imaginassem fórmulas com as quais pudessem obter certo amparo na desgraça” (1997, p. 06).

Dessa forma, as sociedades beneficentes mutualistas são, segundo Loner, entidades que congregavam pessoas da mesma ou diferenciada classe, etnia ou profissão, com o

objetivo de assegurar o socorro aos seus sócios, através de um sistema de quotização interna (2001, p. 97). Mais detalhadamente Luca afirma:

“O elo de união entre as sociedades de socorros mútuos residia no caráter previdenciário das mesmas. Quase que unanimemente elas tomavam a si a incumbência de cuidar da saúde dos sócios, garantir seu sustento quando impossibilitado de trabalhar, zelar pela família daqueles que faleciam, encarregavam-se do funeral dos membros. Propunham-se ainda a assistir juridicamente os sócios e prestar seu auxílio aos que fossem presos. Preocupavam-se com a educação dos sócios e de seus filhos, e possibilitavam oportunidades de lazer patrocinando festas, bailes e piqueniques.” (1990, p.24)

Muitas das sociedades mutualistas e beneficentes tiveram suas existências atreladas ao exercício prático de suas funções, oferecendo seus socorros pelo sistema da mutualidade, preenchendo, dessa forma, algumas necessidades sentidas por parte desta nova categoria, os trabalhadores assalariados. No momento que tais benefícios passam a ser executados pelo Estado, as entidades começam a perder seus espaços de participação. Muitas delas acabam desaparecendo ou modificando as suas funções, transformando-se em entidades recreativas ou de resistência. No entanto, este o processo foi lento e bastante complexo. As mutuais puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais. Os estudos consultados confirmam, de modo geral, que ocorre um refluxo crescente do mutualismo a partir da década de 1930, em todos os estados de maneira quase uniforme.<sup>3</sup> Sobre isto, Tânia de Luca identifica na progressiva institucionalização da previdência pública o principal fator a levar associações de socorros mútuos à extinção:

“Se por um lado, não é possível estipular um instante a partir do qual tivesse cessado por completo a criação dessas agremiações; por outro, parece claro que em 1935 as forças responsáveis pela redefinição das relações entre capital, o trabalho, e o Estado já se faziam sentir a ponto de forjarem novas respostas para as necessidades até então satisfeitas pelas sociedades de socorros mútuos” (1990, p. 10).

---

<sup>3</sup> Viscardi e Pereira afirmam que na França não ocorreu a diminuição do ritmo de crescimento das mutuais após a implantação do Estado previdenciário. Ao passo que no Brasil, pode se verificar a partir das décadas de 1930 e 1940 uma redução do número de mutuais, exatamente no período que se implanta de forma mais efetiva o Estado previdenciário (2007, p.44).

Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira apontam Rio de Janeiro e São Paulo como os pólos mais importantes no país, e locais onde o mutualismo se disseminou de forma mais intensa nas últimas décadas do século XIX e o início do século XX (2007, p. 43). Tânia de Luca afirma que “o pequeno número de sociedades beneficentes organizadas até 1881 alerta para o fato de que a existência de um conjunto de normas a respeito do mutualismo não permite supor que este desempenhasse na época um papel de relevo, pelo menos em São Paulo” (1990, p. 16).

Nesse sentido, a afirmação de Luca sobre a pequena quantidade de mutuais localizadas em São Paulo neste período não é válida para o Rio Grande do Sul, visto a existência de uma grande quantidade dessas instituições. Adhemar Silva Júnior examina estas associações no Estado e aponta o registro de 86 entidades entre os anos de 1854 e 1889, ao passo que um levantamento em São Paulo não encontrou mais do que 23 destas fundadas entre 1859 e 1890. Ainda em relação ao Estado gaúcho, entre as localizadas, 25 destas situavam-se em Pelotas, o que corresponde a 29 % das totais existentes (1999, p. 150). Mesmo que a presença destas mutuais seja uma especificidade nesta cidade, mais peculiar ainda, é o registro do grande número destas instituições tendo, inseridos em seus quadros de composição, a predominância da população negra neste período. Segundo os levantamentos do mesmo autor, foram encontradas 14 sociedades de socorros mútuos de negros no Rio Grande do Sul, sendo nove destas na cidade de Pelotas (2002, p. 05).

As sociedades de socorros mútuos são mencionadas em diversos estudos de história operária no Brasil, porém pouco estudadas em sua especificidade, quadro que está mudando recentemente. A produção historiográfica sobre o mutualismo no Rio Grande do Sul mostra-se diminuta. Mesmo sendo um caso recorrente na cidade de Pelotas as sociedades de composição formada majoritariamente por negros receberam pouca atenção na produção acadêmica. Quando ocorrem são enfocados alguns aspectos gerais destas organizações não inserindo, de forma mais aprofundada, a discussão sobre as experiências da população negra liberta no período final da escravidão. Como lembra SILVA Jr.:

“há pouca bibliografia que trate das formas de organização negra através de entidades de representação, sendo que quando tratadas são geralmente mencionadas em estudos restritos à identificação das origens do movimento operário, não havendo uma análise enfocada dessas entidades enquanto associações de resistência” (1999, p. 148).

A análise dos estatutos das entidades mutualistas negras de Pelotas pode contribuir para a compreensão das características destas instituições neste processo de transformação econômica e social. Permitem também, por sua vez, revelar as experiências destes sujeitos específicos inseridos no contexto de Pelotas, colaborando para o conhecimento do pós-emancipação no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul.

O mutualismo é um tema que vem suscitando importantes debates em torno das relações de trabalho, mais especificamente sobre as experiências vivenciadas pelos trabalhadores assalariados no período de transformação de uma economia fundamentada na mão-de-obra escrava para a livre. Nesse sentido, são discutidas as características destas entidades, bem como os aspectos de ruptura e continuidade com outras formas organizativas, inseridos em perspectivas teóricas que orientam tal averiguação, dividindo a compreensão dos autores acerca do significado destas instituições.

O primeiro trabalho de destaque visando estudar as sociedades mutualistas na sua especificidade foi desenvolvido por Tânia R. de Luca (1990). Em seu livro, fica claro que a autora está dialogando com uma produção historiográfica estruturalista que considerava as sociedades de socorros mútuos com pouca importância nos estudos sobre a classe operária. A crítica realizada a respeito desta produção consiste basicamente na ideia de atribuir o mutualismo a uma fase curta e antecessora dos sindicatos.<sup>4</sup> Luca afirma que esta percepção, e “o desprezo pelo mutualismo”, estão atrelados menos à sua pequena importância do que posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores (1990, p. 07). Nesse sentido, afirma que “a preocupação exagerada em dar ênfase à atuação política dos sindicatos fez com que entidades que não se pautavam pela contestação aberta fossem relegadas a segundo plano ou simplesmente omitidas” (1990, p. 10). Em sua pesquisa foi verificado que a riqueza e a diversidade do mutualismo só se revelam quando estas são agrupadas em função dos critérios de recrutamento dos sócios. Entre os vários conjuntos de sociedades de socorros mútuos existiam distâncias consideráveis, resultantes de características que eram próprias a cada uma delas. Partindo dos elementos plurais destas organizações, Luca define o mutualismo como uma forma de organização dos trabalhadores assalariados que não foram meras antecessoras

---

<sup>4</sup> “Subjacente à maior parte das abordagens citadas está a concepção de que existe uma evolução contínua nos padrões organizatórios da classe operária. Seja de forma explícita, ou com matizes suaves, vemos desfilarem sucessivamente o estágio de pré-consciência, onde a preocupação fundamental residiria na sobrevivência; os sindicatos, tomados como instrumentos de luta; e o partido, ápice da hierarquia, condutor esclarecido da classe em direção à Revolução e ao Estado Proletário. Em consequência desse teleologismo, que adquiriu *status* de verdade evidente, o mutualismo tem sido encarado como algo estagnado que simplesmente teria dado margem ou preparado o advento dos sindicatos. Em suma, ainda que se admita a existência das sociedades de auxílios, elas não são tomadas como objeto de análise distinto e dotado de especificidade” (LUCA, 1990, p. 08).

dos sindicatos, <sup>5</sup> sendo, em relação a estes, fenômenos contemporâneos e não excludentes, e que tampouco desapareceram nos anos que se seguiram à abolição da escravatura.

O trabalho de Tânia de Luca tem grande importância para o estudo destas formas organizativas e, conseqüentemente, para os temas que dialogam com estas manifestações, pois é revelada a especificidade das mesmas. A verificação deste aspecto propicia uma discussão mais qualificada sobre este período de transformação no mundo do trabalho, contestando a idéia de mecanicismo gradualista das formas de organização dos trabalhadores. No entanto, visto que a sua preocupação maior está em mostrar que o fenômeno do mutualismo é mais complexo do que se supunha na época, ela trata, corretamente, estas associações de forma generalizada, não se atendo a questão do negro, visto que esta parcela, no seu recorte espacial, não teve participação ativa nestas instituições.

O questionamento da visão evolucionista, realizado por Luca, contribuiu para o desenvolvimento de novas abordagens sobre o fenômeno mutualista. Nos últimos anos, portanto, os estudos relativos às sociedades beneficentes relacionadas com a pesquisa do surgimento do movimento operário tornaram-se mais presentes na produção acadêmica. As análises desenvolvidas incorporam a pluralidade de significados destas entidades, averiguando as relações desenvolvidas pelas diversas formas de organização coexistentes, fundamentados pela pesquisa empírica.

O trabalho de Cláudio Batalha (1999) aponta a existência de mutuais que incorporavam atos de resistência e de sindicatos que promoviam ações assistencialistas concomitantemente. Este aspecto, segundo o autor, permite afirmar que estas associações mutualistas antecipariam funções próprias das associações sindicais. Outro aspecto trabalhado são os elementos de continuidade e ruptura entre as mutuais e as corporações de ofício. Sobre isso sustenta que as corporações de ofício teriam levado à proliferação das mutuais, que se encarregariam, a partir de então, da tarefa de transmissão de conhecimentos relativos aos ofícios. Partindo destes pressupostos, afirma que as mutuais teriam sido os únicos meios legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido. Batalha considera que a retomada do estudo, sob um olhar mais atento, centrado nas instituições operárias não

---

<sup>5</sup> “De outra parte, é fundamental frisar que o mutualismo não deu origem nem se confunde com o sindicalismo. Em primeiro lugar, as associações de socorros mútuos não eram organizações exclusivamente operárias, nelas poderiam ser encontrados membros de diversas camadas sociais, assim como os mais diversos tipos e profissionais (médicos, funcionários públicos, engenheiros, alfaiates, motoristas, tipógrafos, entre outros). Muitas não se organizavam em torno de setores de produção e sim de etnias, credos religiosos ou bairros. Algumas impunham restrições de ordem política, moral e religiosa ao ingresso do associado. Diversas dentre elas, apesar de servirem aos trabalhadores, eram entidades fundadas e dirigidas pelos patrões, que exigiam a participação compulsória de todos os seus empregados” (LUCA, 1990, p.10).

resulta em um novo tipo de reducionismo de oposição dicotômica como indivíduo e classe, não-militantes e militantes, vida cotidiana e vida associativa (1997, p. 91). Nesse sentido, o autor não julga possível o estudo deste segmento deixando de lado as suas documentações produzidas, tendo em vista que “as expressões mais visíveis e mais estruturadas das parcelas organizadas do operariado são precisamente as instituições por elas criadas, e não me refiro unicamente aos sindicatos, mas também às sociedades de auxílios mútuos, às cooperativas, aos grupos educativos, políticos, culturais” (1997, p. 92). Partindo desses pressupostos, o autor afirma que o que fica cada vez mais evidente é que a experiência da classe operária na Primeira República caracteriza-se por ser complexa, rica e plural.

Já o trabalho de Silvia Regina Ferraz Petersen (2001) busca analisar os instrumentos formais de organização e luta dos operários, centrando a sua análise no Rio Grande do Sul. Para isso, a autora considera que as reflexões em torno da história operária, mesmo pautadas no espaço institucional-organizativo, podem contribuir para a “desmitologização” das suas organizações, visto que “não se deve perder de vista que a história da classe operária é a história de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, seus elementos constitutivos e não podem simplesmente ser descartados em nome de preferências analíticas” (2001, p. 16). Partindo destes pressupostos, Petersen localiza, para o caso do Rio Grande do Sul, a existência do envolvimento das sociedades de socorros mútuos com associações operárias com caráter político de resistência.<sup>6</sup> Nesse sentido conclui que:

“As origens da organização autônoma dos operários gaúchos também remontam às entidades de socorros mútuos, fundadas a maior parte delas entre os finais das décadas de 1870-1890, procurando garantir para seus associados condições mínimas de assistência material em caso de enfermidade, morte, questões na justiça, etc” (2001, p. 35).

Embora os objetos de análise destes autores sejam diferenciados quanto a suas localidades, caracterizam-se por revalorizarem o estudo das formas institucionais-formais de organização dos trabalhadores, principalmente no caso das sociedades mutualistas. Estes estudos demonstram que a relação existente entre o surgimento dessas instituições e o desenvolvimento do movimento operário revela-se complexa, e não de forma substitutiva como

---

<sup>6</sup> “Mesmo que cronologicamente a iniciativa da criação de sociedades de ajuda mútua tenha sido mais antiga, logo observamos na década de 90 que esta forma de organização, sem desaparecer, abre espaço para associações operárias que se caracterizavam por seu caráter político de resistência: “ligas”, “centros”, “uniões” e partidos operários, que, por sua vez, produziram ações como greves, congressos e uma imprensa muito ativa” (PETERSEN, 2001, p.33).

considerava a historiografia mais tradicional, com quem Tânia de Luca dialoga. Estas pesquisas, no entanto, tratam de forma abrangente as organizações mutualistas de trabalhadores buscando explorar os seus elementos característicos, além dos aspectos de ruptura e continuidade com as outras formas organizativas, geralmente os movimentos de resistência e de organização partidária. Dessa forma, quando ocorre a ligação entre mutualistas e organizações de resistência são realizadas através da comprovação empírica, considerando a pluralidade de significados que compete às associações mutualistas.

Estas discussões desenvolvidas em torno do mutualismo são importantes visto que favorecem a apreciação dos desdobramentos teóricos a respeito destas entidades. Estas pesquisas estão centradas numa apreciação genérica destas organizações, procedimento necessário e importante, visto que buscam principalmente discutir a natureza e as características da mesma. Dessa forma, estes trabalhos não discutem de maneira sistemática a experiência das populações negras no interior destas instituições, tema deste trabalho.

Os estudos mais recentes que abarcam as entidades mutualistas na sua especificidade são os trabalhos de Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira, centrado no estado de Minas Gerais, e de Adhemar Lourenço da Silva Júnior, estudando estas instituições no Rio Grande do Sul.

Em seu recente artigo, Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira (2007), baseando-se no fato do mutualismo ter sido pouco estudado até então, visa evidenciar que o fenômeno do mutualismo era, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mais amplo do que se tem imaginado. A autora ressalta que a importância deste objeto de estudo provocou forte impacto sobre as experiências de organização da sociedade civil brasileira e sobre o processo de formação de nossa classe trabalhadora urbana.<sup>7</sup> Outro ponto de interesse da autora reside no fato de enunciar as especificidades do mutualismo, procurando, desta forma, diferenciar e dissociar as origens destas entidades de outras agremiações, tais como: as irmandades, as corporações de ofício, as associações filantrópicas e as seguradoras.

Por outro lado, Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2004) aborda um recorte espacial e temporal mais amplo, contemplando um estudo geral das sociedades de socorros mútuos, o que acaba incluindo as sociedades representativas da população negra, no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1854 – 1940. Em seu trabalho busca verificar se as formas de organização das mutualistas, voltadas para a implantação de estratégias privadas, favoreceram a

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que os aspectos destacados sobre o mutualismo vão diretamente ao encontro com as conclusões de Tânia de Luca, como: desfazer a idéia que as associações mutualistas constituíram uma espécie de proto-sindicalismo; que a experiência das mutualistas foram simultâneas à organização dos sindicatos; e que esta mesma experiência representou um nível significativo da capacidade de organização da sociedade brasileira em torno do direito à proteção social.

implementação de estratégias públicas. O autor não obtém sua resposta alegando que o que se percebe é uma indefinição do caráter das mutuals, uma vez que nem sequer seus conterrâneos tinham clara idéia do que constituía esse fenômeno.

Os dois últimos trabalhos referidos relacionam-se aos desdobramentos da discussão teórica em torno do mutualismo, sendo analisados na sua especificidade e não como consequência de outras temáticas que dialogam com este tipo de entidade. Nesse caminho, Viscardi reconhece a importância destas entidades para o processo de formação da classe trabalhadora, porém verifica a sua importância para a organização da sociedade civil. A preocupação manifestada pela autora em dissociar as sociedades de socorros mútuos de outras formas organizativas, tais como irmandades, corporações de ofício, associações filantrópicas e seguradoras, demonstra a ampliação do debate em torno da natureza das mutuals, não estando pautado somente na comparação com as entidades de resistência. Este aspecto contribui para a compreensão do significado destes meios institucionais com a transição das relações de trabalho, remetendo influências na sua constituição de organizações distanciadas de tal transformação. O trabalho de Silva Jr., a exemplo de Viscardi, analisa as mutuals sobre seus aspectos específicos, propondo uma questão diferenciada em relação aos demais autores. Propõe a interpretação do significado destas entidades, não no âmbito das organizações civis, mas na possível influência em torno da esfera pública. Esse problema desenvolvido revela novamente a incorporação da noção plural destas instituições, visando contribuir para a discussão da incorporação das relações de trabalho assalariadas, desta vez sob outros campos de atuação.

Outros trabalhos, pautados na realidade empírica, retomam a ligação estreita entre as entidades mutualistas e as formas de organizações de resistência. Nesse sentido, a compreensão do caráter plural das entidades de socorros mútuos, bem como a sua ligação com outras formas organizativas, não impede a localização, fruto de extensa investigação, da relação estabelecida criticada por Tânia de Luca.

Nesse sentido, o trabalho de Beatriz Ana Loner (2001) trata sobre a formação da classe operária nas cidades de Pelotas e Rio Grande, inserindo em sua análise um extenso capítulo sobre a participação dos elementos negros neste processo, visto que compreende o operariado constituído de elementos diversos, sendo os ex-escravos um deles. Para isto a autora centra a sua investigação nas condições de vida e trabalho, na estruturação da sociedade, e, principalmente, nas formas de organização desenvolvida e na sua evolução para o desenvolvimento da luta de classe. Para a autora, as associações mutualistas foram



importantes neste contexto. Por um lado, estas entidades propiciaram experiência de associativismo<sup>8</sup> e reuniram interesses específicos de cada mutual, o que resultava numa divisão entre os trabalhadores, dificultando a integração dos trabalhadores, enquanto classe. No entanto, “foi necessário um lento trabalho de costura e assimilação desses vários elementos componentes da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se procediam as lutas comuns e se batalhava quotidianamente pela sobrevivência, buscando unificar-se esse amplo e disperso conjunto de indivíduos” (2001, p. 405). A abordagem mais específica sobre a participação negra está ligada à sua contribuição para o desenvolvimento do movimento operário nestas localidades. Nesta situação, sua participação é enfocada, conforme Loner: “pelas próprias contingências externas impostas ao grupo negro, ele era o que tinha menor possibilidade de ascender na escala social e, portanto, a ele é que interessava, em grau maior, a conquista e manutenção de posições operárias dentro da sociedade” (2001, p. 239). Loner conclui que a etnia negra foi de importância fundamental na formação da classe operária na cidade de Pelotas. Sendo que, por sua vez, “o caminho da integração do negro na sociedade do extremo sul do Brasil, passava pela sua transformação em operário, no sentido pleno do termo” (2001, p. 284).

O trabalho de Beatriz Loner contribui principalmente por trabalhar especificamente com a população negra pelotense, trazendo muitas informações realizadas através de amplo corpo documental. Por estar pautada em uma concepção que privilegia os determinantes estruturais, apesar da autora não negar a importância da ação do sujeito, a sua compreensão sobre a inserção social do negro, está diretamente ligado ao momento que este se vincula ao movimento operário. No entanto, a própria existência de uma organização operária reivindicando direitos para seu grupo, leva a crer que estes, assim como os negros, também estão buscando inserir-se socialmente.

As participações negras nestas sociedades mutualistas, bem como a sua participação nestas entidades frente às profundas mudanças sociais que se desenvolviam receberam pouca atenção da bibliografia. No entanto, existem trabalhos que direcionam o enfoque nesta questão, focando a sua participação e o seu envolvimento com outras instituições, abarcando influências precedentes ou a participação de construção coletiva com outros setores.

Liane Müller (1999) analisa as irmandades através da imprensa e das associações negras Porto Alegre no período de 1889 – 1920. Realiza um estudo sobre um grupo de negros

---

<sup>8</sup> “Nesse período, os trabalhadores tiveram que, paulatina e pacientemente, tramar ampla rede de relações sociais, fundar e sustentar inúmeras associações de todos os tipos, necessárias para o preenchimento de suas necessidade de lazer, amparo, diversão e cultura, além da resistência à dominação patronal” (LONER, 2001, p.405).

que criou e fez uso de mecanismos próprios de expressão e luta, buscando compreender como esta “elite” intelectual contribuiu para o processo de ascensão do negro em Porto Alegre (1999, p. 12). Analisando suas estratégias de ascensão social e a importância que tiveram na vida da comunidade negra de Porto Alegre, a autora retorna à participação desta população na Irmandade de N. Sra. do Rosário. Baseado nos resultados de sua investigação sobre esta instituição, paralelamente a investigação realizada em torno das associações e outras formas de entidades civis criadas e freqüentadas majoritariamente por negros, Muller afirma que todas as iniciativas levadas a cabo pela Irmandade do Rosário contribuíram de fato para a constituição de um grupo diferenciado de negros, que, a partir de 1870, buscou ampliar seu espaço social fundando clubes, associações beneficentes e até mesmo um jornal. Partindo dos resultados da pesquisa de Muller, fica clara a ligação existente entre diferentes formas de organização que parte da população negra fez uso. Assim, as experiências adquiridas e vivenciadas no interior da Irmandade do Rosário puderam ser adequadas e aperfeiçoadas numa nova conjuntura política e social.

O livro de Marcelo Badaró (2008) visa localizar a formação da classe trabalhadora no Brasil averiguando as experiências escravas de trabalho e resistência como elementos constituintes de tais categorias. O referencial teórico do autor está atrelado no campo de estudo que toma como fundamental os conceitos de classe social e lutas de classe para analisar a realidade empírica dos movimentos sociais de trabalhadores. Mattos procura realizar o estudo da sociedade pré-capitalista partindo do conceito de lutas de classes, articulando valores e tradições herdadas das experiências desse período que contribuíram para uma nova consciência de classe. Nesse sentido, o autor compreende que as trajetórias de escravizados, ex-escravos e livres, ocorriam para além do espaço das fábricas, desenvolvendo-se também em todos os espaços da cidade compartilhados, contribuindo, para uma nova caracterização da classe trabalhadora. Ao traçar os elementos constituintes de uma nova noção de identidade nestas camadas, Mattos procurará relacionar as experiências vividas entre os escravizados e a população livre empobrecida, privilegiando os aspectos que denotam a exploração de classe.

“Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano; que protestos coletivos de uns e de outros, aproximando-se ou distinguindo-se em formas e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir das comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no

processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados” (BADARÓ, 2008, p.21).

Ao longo de sua pesquisa, afirma que pela miséria encontrava-se o elemento identificatório principal, que conferia homogeneidade à experiência dos proletários. Além do fato de que entre as lutas dos escravos pela liberdade e as primeiras lutas de trabalhadores assalariados urbanos na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, existiam elos significativos e compartilhamento de experiências – e de traços diferenciados, mas combinados de valores e identidades acionados pelas novas formas de consciência de classe dos trabalhadores (2008, p. 225).

Os últimos trabalhos mencionados contribuem principalmente por tratarem de forma específica dos temas pertinentes a esta pesquisa. Nesse sentido, Muller contribui ao demonstrar as relações existentes entre formas de organização negra distintas, relacionando-as através da permanência de experiências adquiridas readequadas a novas exigências contextuais. Nesse sentido, a autora alarga a compreensão sobre a atuação do elemento negro em diferentes espaços, muitas vezes compreendido como de subordinação, demonstrando que os mesmos souberam aproveitar as oportunidades existentes para alcançar seus objetivos. Já o trabalho de Marcelo Badaró tem uma grande importância em função de compreender que as práticas resultantes da sociedade capitalista, baseado nas novas demandas decorrente do trabalho assalariado, ocorreram através das experiências compartilhadas entre a população escrava, liberta e livre. Outro ponto importante é a percepção de que este processo foi marcado por uma dinâmica específica, na qual situações diretamente relacionadas ao mundo do trabalho coexistiram, não estabelecendo uma oposição entre livres e escravos.

O debate historiográfico em torno do mutualismo revela os desdobramentos teóricos a respeito da compreensão das relações de trabalho assalariada. Primeiramente a percepção da especificidade deste fenômeno, contestando a idéia de gradualismo entre as mutuais e os sindicatos, resultaram em novas abordagens, ancoradas na realidade empírica, reorientando a percepção destas associações beneficentes. Os principais frutos destes trabalhos estão pautados na averiguação da coexistência no espaço e no tempo de formas organizativas, incluso a elas as mutuais e os sindicatos. Remetendo esta discussão para o caso específico de

análise, é interessante pensar a participação das múltiplas experiências associativas dos negros, na condição de escravos, libertos ou livres, no interior das associações em estudo. Principalmente para averiguar a existência de influência, conforme Muller aponta, com outras instituições que os negros fizeram parte, como o caso das Irmandades, ou das entidades de resistência, conforme indica Loner. Nesse sentido, esta pesquisa, tendo Pelotas como foco, contribui para a discussão exposta no debate em torno das modificações das relações de trabalho e os envolvimento das mutuais com outras organizações neste processo.

Sobre a transformação das relações de trabalho baseado na mão-de-obra escrava para a livre e assalariada, no processo de afirmação das relações capitalistas de produção, compreendo que foi desenvolvida de maneira gradativa, sendo caracterizada por apresentar elementos típicos de ambos os modos de produção coexistindo. Esta transição não ocorreu abruptamente através de nexos causais entre a abolição da escravidão e a instauração de relações capitalistas. Nesse sentido, uma das evidências desta transição de relações de trabalho é a própria existência do mutualismo no período imperial. Outro ponto importante relacionado ao mundo do trabalho é a necessidade de incorporar as experiências negras neste universo, buscando identificar tanto as situações decorridas no período escravista, como no período republicano, que resultam num processo de vivência e adequação às novas situações e possibilidades. Sob este aspecto, o estudo das sociedades beneficentes negras contribui para o entendimento deste período complexo por propiciar a compreensão das formas com as quais a população negra e liberta reagiram ao mercado de trabalho e frente a sociedade, em ambos contextos. Como bem assinala Loner, “Silva Lara (1998) adverte sobre os riscos de uma historiografia do trabalho que não se preocupe com os trabalhadores negros no Brasil, que continue desconsiderando-os, como tem sido feito amplamente até agora, e que não os incorpore, nem como trabalhadores escravos no império, nem como operários na República” (LONER, 2001, p. 257). Assim, para o estudo destas organizações, principalmente quando é analisada a atuação da população negra, faz-se necessário um cruzamento com outras formas organizativas na qual esteve envolvida. Nesse sentido, compreendo que a investigação do fenômeno associativo, quando relacionada à etnia negra, torna-se mais qualificada quando visa aprofundar a relação entre estas entidades com outras experiências adquiridas e desenvolvidas, sejam elas através do contato com outros segmentos sociais, ou através de outras formas organizativas como as irmandades negras, entidades de representação política, associações destinadas ao lazer e a cultura e o movimento operário.

## II - Organização negra em Pelotas

As discussões desenvolvidas no capítulo anterior demonstraram as compreensões em torno das associações mutualistas pela produção bibliográfica, bem como os seus desdobramentos. As críticas realizadas em torno da concepção mecanicista do caráter gradualista destas instituições rumo aos sindicatos demonstraram a complexidade destas entidades na transição das formas das relações de trabalhos no período de constituição da sociedade capitalista. Diante da oposição criada pelas análises entre o período imperial, caracterizado pela predominância do trabalho escravo, e o período republicano portador do trabalho livre, cabe indagar o que se pode problematizar ao se retomar às experiências associativas dos negros inseridas nestes dois contextos. A contemplação das formas desenvolvidas de sua organização mostra que a divisão estrita entre estes períodos encobre a complexidade do processo histórico neste momento de profundas transformações sociais.

Frente às peculiaridades históricas de Pelotas, este período complexo de transformações marcou claramente as formas das relações sociais desenvolvidas nesta região. As experiências associativas não foram características exclusivas do período republicano, demonstrando o desenvolvimento de variadas formas de organização que os negros fizeram parte. As análises destas instituições ajudam a pensar em que medida representou espaços de atuação política, redes de solidariedade, formação de identidade religiosa e assistencialismo entre seus pares, contribuindo para a compreensão das formas de reivindicação por melhores condições de vida.

A bibliografia elucidada que a existência de experiências associativas não é exclusiva da República, e muito menos resultante do estabelecimento trabalho livre e assalariado. Nesse sentido, a participação do negro em irmandades, sociedades abolicionistas e beneficentes demonstram alguns espaços utilizados por esta população no período imperial, contendo diferenças significativas entre as diversas entidades e suas finalidades distintas. Nesse sentido, Beatriz Loner ressalta estas experiências negras desenvolvidas em Pelotas, argumentando a sua influência para o desenvolvimento gradativo das formas organizativas negras, como resposta ao meio excludente que estavam inseridos.

As experiências associativas negras durante a escravidão em Pelotas apontam a utilização de estruturas diversas relacionadas às possibilidades existentes de sua atuação. Sua participação está ligada a instituições constituídas que abriam espaços para sua participação, no caso das irmandades católicas negras; o desenvolvimento de associações beneficentes negras, resultado da diversidade de necessidades enfrentadas por esta população negra em

distintas situações sociais<sup>9</sup>; e a da apropriação das possibilidades de alianças entre diferentes setores sociais diante dos debates decorrentes sobre a abolição da escravidão.

A bibliografia apresenta interpretações diferentes sobre o envolvimento da igreja católica com a população negra, principalmente no que compete a sua participação com o processo de abolição e formas de integração ao meio social.

Beatriz Weber (1989) ao analisar a organização do mercado de trabalho livre no período de transição da mão-de-obra escrava para a livre localiza, por parte da Igreja, o apoio à abolição gradual e protelatória, que não colocasse em risco a sociedade vigente na época. Em relação à organização do trabalho dos libertos, afirma que esta instituição ocupou um papel de incentivo ao trabalho pautado pela obediência e submissão. Partindo dessas averiguações, Weber conclui que as atividades abolicionistas da Igreja inseria-se no conjunto de vários movimentos anti-escravistas procurando promover a libertação parcial dos negros, onde sua permanência como indivíduo socialmente vigiado, cerceado e submisso deveria levar ao caminho da integração social em uma sociedade que se organizava sob novas bases.

Beatriz Loner analisando o caso de Pelotas percebeu a Instituição Igreja Católica como uma aliada importante para os grupos negros que buscavam a inserção social, fornecendo-lhes apoio material. Afirma que as irmandades, desde o tempo da escravidão, formaram um espaço para a congregação dos negros escravos ou libertos. Em relação à integração social do negro, afirma que a Igreja, em Pelotas, “foi uma das poucas vozes a incorporar os libertos como ‘nacionais’, como o trabalhador brasileiro e não como um estorvo dentro da nova sociedade” (2001, p. 255).

Em relação às irmandades, João José Reis afirma que estas demonstraram ter um grande valor como instrumento de resistência, “contribuindo para o desenvolvimento de identidades que funcionaram como um anteparo à desagregação de coletividades submetidas a imensas pressões” (BADARÓ, 2008, p. 107). Badaró reafirma concluindo que muitas vezes estas irmandades foram usadas por negros com conotações organizativas, “chegando mesmo em alguns casos a promover a aglutinação de lutas coletivas” (BADARÓ, 2008, p. 104).

Ao estudar as irmandades negras em Porto Alegre Liane Muller afirma a sua importância como meio de ascensão social de seus membros. A autora argumenta que as experiências adquiridas no interior desta instituição possibilitaram, através do uso de tal estrutura e suas regras, a ocupação e transformação deste espaço burocrático, propondo

---

<sup>9</sup> Estas organizações são analisadas separadamente no Capítulo IV.

algumas releituras que permitissem incorporar os seus interesses, resultando na transformação da irmandade em um espaço de luta.

Conforme apresentado, as instituições religiosas no período escravocrata, notadamente as irmandades, representaram uma possibilidade de atuação social da população negra, tanto liberta quanto escrava. A localização destas participações indica a apropriação dos negros dos espaços disponíveis de inserção relacionados a contextos específicos. Esta participação, localizada em Pelotas, proporcionou a inserção do negro em entidades contribuindo para o desenvolvimento da experiência associativa como meio de reivindicação por condições melhores de vida. Este aspecto possibilita a compreensão que a luta por inserção social, assim como a experiência associativa, ocorrem em momentos variados, e não como resposta ao advento da República.

Na década de 1880, surgiram, em Pelotas, entidades voltadas para a busca da libertação dos escravos evidenciando a discussão sobre a forma com a qual os negros deveriam participar da sociedade civil. Diante deste debate, as associações visavam defender interesses distintos e demonstravam percepções diferentes explicitados através dos valores políticos atrelados ao significado da liberdade, à concepção de bom trabalhador, além da moralidade esperada, demonstrando o campo de disputas existente na localidade.

O Club Abolicionista foi fundado em 21 de agosto de 1881, sendo formado por pessoas livres, muitas delas de prestígio na sociedade urbana, incluindo negros na diretoria. O seu trabalho era direcionando na propaganda de idéias abolicionista e na compra de escravos concedendo sua alforria com uma proposta, conforme Loner, moralista e conservadora (1997, p. 35). A compra dos escravos deveria ser negociada com seu dono, pois a entidade não aceitava a libertação sem o consentimento do mesmo. Os cativos a serem alforriados deveriam portar boa conduta, não sendo fujões, ladrões, bêbados e não tendo vícios. Depois de libertado, a associação exigia rigorosa vigilância sobre todos os libertos quanto a seu comportamento, explicitando sua concepção relacionada à liberdade e da moralidade esperada.

A discussão em torno da libertação dos escravos abrangeu diversos setores sociais, envolvendo, fora as camadas médias urbanas e a população negra, os principais interessados na sua manutenção: os senhores de escravos. Nesse sentido, a campanha emancipacionista desenvolvida a partir de 1884 respondia aos seus interesses, procurando garantir a transição gradual destas relações através dos contratos de prestação de serviços e enfrentar o movimento abolicionista e a opinião pública. Moreira afirma que esta forma de libertação preenchia várias necessidades das elites regionais, conservando o controle sobre o trabalho

negro e sua força de trabalho, iludindo as estatísticas além de ainda livrar os “ex-senhores” dos impostos e das taxas cobradas sobre os escravos. Este processo, que acabou em voga, foi influenciado pela existência de fortes interesses na manutenção de mecanismos de coerção característicos do sistema escravista (1990, p. 224). Como resposta a esta campanha pela emancipação, em 1884 foi criado em Pelotas o Centro Abolicionista, entidade de donos de escravos que visava à libertação destes cativos através de contratos de prestação de serviços, o que não traria prejuízos a indústria e comércio (A Discussão, 05/09/1884). Os contratos variavam de três a sete anos e o Centro informava ter conseguido cerca de 2500 adesões à campanha (LONER, 1997, p. 36).

A existência destes clubes manifesta as discussões existentes na época em torno da forma da libertação dos escravos. Os abolicionistas pretendiam trabalhar com a idéia de abolição total da escravatura além da integração do negro na sociedade como trabalhadores desta nova fase, baseado numa forte concepção moral do significado concernente à liberdade dos negros. Já os emancipacionistas estavam voltados para a resolução do problema da mão-de-obra, buscando estabelecer os contratos para os ex-escravos como meio de manutenção disfarçada do regime escravista através de um processo gradual da libertação deste contingente, não entrando na discussão sobre a sua nova condição enquanto liberto.

Neste processo abolicionista em Pelotas verifica-se o surgimento de algumas entidades de representação negra, assim como a participação de outros grupos sociais favoráveis ao fim do sistema escravista. Assim, é possível identificar diversos segmentos atuando de maneiras e intensidades distintas, tendo algumas, desta forma, participação mais ativa e decisiva e outras demonstrando apenas o seu apoio.

Quando se solenizou a inauguração do Clube Abolicionista em Pelotas, estavam presentes associações mutualistas de composição profissional como as Classes Laboriosas, o Clube Caixerai, o Grêmio Tipográfico, a **Fraternidade Artística** e a **Harmonia dos Artistas**, além do Centro Ethiópico, entidade de representação política dos negros, da qual há notícias que funcionava segundo agregação de comissões, que talvez fossem de etnias dentre os negros (A Discussão, 17/10/1884).<sup>10</sup> Estas manifestações da participação negra ajudam a corroborar a idéia de que “em Pelotas, muitos dos abolicionistas eram negros ou mulatos e tinham íntimas ligações com as sociedades negras da época” (LONER, 2001, p. 241).

---

<sup>10</sup> Citado por Loner (1999, p. 01).



Outras manifestações contrárias à escravidão ocorreram em Pelotas através do meio organizativo, muitas delas caracterizadas, através de sua composição, como pertencentes à população branca. Conforme Loner,

“Na década da Abolição, formaram-se várias entidades carnavalescas com caráter anti-escravocratas, integrados, em maioria, por grupos de trabalhadores. Em Pelotas, o maior destaque era do Clube Nagô, grupo carnavalesco, cujo objetivo era a crítica à escravidão. Além dele, participaram das festas emancipatórias de 1884, o clube carnavalesco Juvenil e os Netos d’África (Diário de Pelotas 21/10/1884), esse último reconhecidamente de negros. Ainda como clubes carnavalescos que participaram do esforço pela Abolição, destacaram-se em Pelotas o Demócrito, formado em 1880, com grande participação de maçons, e o Fenianos, de trabalhadores e imigrantes” (2001, p. 119).

No período republicano, Pelotas vivenciou a presença de uma série de entidades negras bastante diversificadas em seus objetivos e formas de organização. Diversos grupos carnavalescos, associações recreativas e bailantes, entidades de representação política, jornais, sociedades musicais e teatrais, além de diversos times de futebol surgiram em Pelotas. Mesmo que grande parte destas agremiações não tivesse uma crítica aberta e reivindicatória frente à sociedade, nem vinculações a determinadas posições políticas, elas demonstraram grande importância no desenvolvimento dos laços de solidariedade e traços de identidades comuns enquanto grupo negro. O surgimento destas entidades é diretamente proporcional ao desaparecimento das associações negras recreativas do período abolicionista. Esta modificação está relacionada com ligação a contextos específicos resultando em objetivos distintos. Dessa forma, a crítica à condição de cativo e a luta pela liberdade já não tinha o mesmo peso como nas organizações desenvolvidas no período imperial (LONER, 2001, p. 248).

Também é abordado por Loner a ligação dos negros pelotenses, frente às novas exigências do período republicano, com as organizações operárias. Sobre isso afirma que “nas difíceis trilhas da integração na sociedade capitalista, ao buscarem se constituir como trabalhadores, ao mesmo tempo, fortaleceram o movimento operário e influenciaram a organização classista operária no Estado do Rio Grande do Sul” (2001, p. 264). Esta ligação pode ser verificada na formação de diversas entidades de resistência que apresentavam vários diretores negros entre seus quadros.

Na observação das formas de organização e mobilização do grupo negro, principalmente no período relacionado ao regime escravocrata, foi possível perceber que esta população demonstrou ter uma grande habilidade na utilização e construção de alternativas, diante das possibilidades existentes, na reivindicação por melhores condições de vida. Nesse sentido, verifica-se a utilização de campos e instrumentos de cada contexto disponíveis à sua participação, como a estrutura religiosa católica, a formação de sociedades beneficentes, diversas associações culturais, participação dos movimentos operários, apropriação da escrita como forma de reivindicação, formação de entidades políticas de representação, entre outros. Dessa forma, a intenção de abordar os diferentes meios de organização negra desenvolvidas em Pelotas, realizado através de levantamento bibliográfico, não tem objetivo de tomá-las como um processo evolutivo, compreendendo estas manifestações como resultados de um aprimoramento gradativo, onde as formas mais contemporâneas demonstram ter um grau maior de complexidade e eficiência relacionado com as experiências precedentes. Pautado nesta compreensão, procurei demonstrar que a grande diversidade de contato, da população negra pelotense, com formas organizativas, representou diferentes caminhos que convergiam num objetivo comum - a sua inserção social.

### III – Estatutos como fonte histórica

O desenvolvimento desta pesquisa está baseada no estudo dos meios formais-institucionais de organização negra, mais especificamente nas próprias associações mutualistas. Dessa forma, utilizando como fonte primária os seus estatutos, procuramos compreender as suas características e localizar as formas que estas instituições buscavam a inserção social de seus associados, aliado à intenção de interpretar o significado destas entidades na sociedade pelotense daquele contexto. No entanto, muitas críticas são realizadas sobre o estudo de instituições de representação de determinadas categorias, e, principalmente, sobre as fontes utilizadas para realizá-lo.

As considerações expostas a respeito da utilização dos estatutos como fonte histórica, bem como o estudo dos meios-formais de representação, tanto no que compete às críticas existentes, como os argumentos favoráveis a sua utilização, estão baseados, sobretudo, nos estudos de Cláudio Batalha (1997) e Silvia Petersen (1997) sobre o movimento operário. Dessa forma, é desenvolvido um diálogo entre os apontamentos realizados por estes autores e as fontes utilizadas nesta pesquisa específica.

Os argumentos mais frequentes para justificar uma oposição aos estudos dos meios-formais de representação de determinada categoria, principalmente as que atuam por fechamentos profissionais<sup>11</sup>, consiste em: primeiro, a maioria das classes trabalhadoras estariam fora destas organizações formais; segundo, dentre os membros que compusesse alguma dessas entidades, haveria diferenças substanciais entre os trabalhadores comuns e os militantes; e terceiro, as organizações, conseqüentemente, seriam pouco representativas, e na maioria das vezes, teriam uma duração efêmera.

Tais críticas são importantes e nos permitem compreender algumas limitações desta pesquisa realizada. Estas formas organizativas correspondem de fato apenas uma parcela do montante geral ao qual propõe representar, ou no caso específico, da parcela de negros que poderiam integrar-se nos seus quadros. Assim, um estudo fundamentado nestas sociedades não nos proporciona uma apreciação abrangente da camada social em observação, apenas nos revela alguns de seus aspectos e nos proporcionam questionamentos pertinentes.

Sobre a utilização destas fontes específicas, os estatutos das sociedades mutualistas ou beneficentes tendem a ser considerados simples formalidades burocráticas, visando cumprir as exigências legais do seu registro em cartório. O que contribuiu para que estas documentações

---

<sup>11</sup> As considerações apontadas em torno de fechamentos profissionais vão ao encontro com os critérios enunciados pelos estatutos das entidades em análise.

fossem percebidas desta maneira foi o Decreto Imperial 2.711, de dezembro de 1860, que regulamentava o processo de fundação de sociedades de socorros mútuos, entre outras entidades coletivas.<sup>12</sup> Estas prescrições, por um lado, garantiram a sobrevivência de diversas entidades, como, por outro lado, padronizaram a elaboração de seus estatutos, impondo limites ao arbítrio dos que voluntariamente se reuniam em busca do socorro mútuo, já que a norma prescrevia que as entidades só funcionariam, tendo direito a certas prerrogativas, depois de um parecer do Presidente de Província que o autorizasse.

Apesar dos estatutos caracterizaram-se por serem instrumentos burocráticos redigidos sobre a base de uma formulação pré-estabelecida – ordenamento jurídico – estas fontes podem nos fornecer dados preciosos para análise destas instituições e sobre as categorias que buscam representar. Em relação à sua utilização, Petersen afirma que os estatutos podem ser fontes de grande importância, “sobretudo para uma etapa tão carente de informações como a da emergência do associativismo dos trabalhadores”(2001, p. 41). Desta forma, é possível afirmar que também os são para o estudo das formas de organização negra, principalmente quando trata sobre participação negra de forma assalariada no mercado de trabalho no período imperial, sob a égide do regime escravocrata.

Além de todo estatuto trazer dados sobre a fundação da associação, trazem também informações sobre o seu funcionamento interno, sua estrutura organizativa, as formas de eleição para os cargos de direção, os critérios de admissão de sócios, quais os ofícios que fazem parte, os limites mínimos e máximos de idade, a restrição ou não do ingresso de mulheres, temas relacionados com a educação (desenvolvimento de bibliotecas, escolas, cursos noturnos e de instrução), os limites de natureza moral, etc. Existem muitos aspectos que podem ser revelados pela investigação destas fontes, tornado-as ainda viáveis e importantes. Como lembra Batalha, uma análise desses dados fornece indícios sobre uma série de aspectos da vida associativa (1997, p. 96).

---

<sup>12</sup> Tânia de Luca expõe detalhadamente o procedimento legal: “As sociedades de socorros mútuos tornaram-se objeto da ação estatal apenas em 1860. A primeira lei a tratar especificamente de agremiações mutualísticas foi a de número 1.083 de 22/08/1860, regulamentada pelo Decreto nº 2.711 de 19/12/1860, que continha providências sobre bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades. Segundo o texto legal, as associações de socorros mútuos passavam a depender do parecer do Imperador no Rio de Janeiro dos Presidentes nas Províncias para poderem se instalar... Os estatutos deveriam ser enviados à autoridade competente especificando o nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma como se pretendiam empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembléia geral, o modo de administração, as condições para nomeação e elegibilidade dos membros e finalmente os critérios para admissão e eliminação dos sócios, bem como o número destes. À vista as informações, o chefe do Poder Executivo expedia uma carta com o seu veredicto – favorável ou não – ao funcionamento da instituição.” (1990, p.14)

Em relação às críticas apontadas sobre a longevidade das mutuais, não são cabíveis para este estudo específico, visto que as três entidades estudadas correspondem a um longo período de existência, tendo as suas origens no início da década de 1880, deixando sinais de suas atividades até a década de 1910. Este período aproximado de duração, entre 20 e 30 anos, configura mais uma especificidade destas instituições, comparando-as com uma média geral deste tipo de organização apontada pela bibliografia.

De qualquer forma, acreditamos que são dois os principais problemas com os quais nos deparamos ao trabalhar com os estatutos como fonte histórica. O primeiro deles resulta do propósito do documento no interior de suas instituições, buscando servir como uma diretriz a ser seguida e não como relato dos acontecimentos cotidianos. Em outras palavras, o que está disposto nos seus artigos não corresponde necessariamente às ações de seus integrantes. Estas limitações nos conduzem ao segundo problema: estes documentos pouco contribuem para compreender como ocorriam as experiências concretas, as ações individuais e o acompanhamento das discussões existentes dentro destas entidades. Uma das fontes que poderiam nos favorecer a observação da dinâmica destas instituições seriam as atas das reuniões. Estes documentos possibilitam perceber a atuação das associações ao longo do tempo. Assim, as atas nos fornecem elementos sobre o dia-a-dia da associação, o funcionamento das assembleias, e, com alguma sorte, das discussões sobre questões cadentes para a categoria (BATALHA, 1997, p. 97). Infelizmente as entidades estudadas nesta monografia não nos relegaram estas atas ou outras fontes específicas que possibilitassem acompanhar a sua trajetória, o que torna difícil a realização de uma apreciação aprofundada da temática.

#### IV – As sociedades beneficentes negras de Pelotas

A primeira das sociedades beneficentes de negros surgida em Pelotas foi a **Sociedade Beneficente Fraternidade Artística**, fundada em 28 de Outubro de 1880, contendo cerca de 40 integrantes no momento de sua fundação, todos livres. Logo no início das suas atividades teve uma dissidência importante, resultado de divergências internas na sua diretoria. A dissidência no interior da Fraternidade, que resultou na formação da **Harmonia dos Artistas**, parecia estar ligada ao descontentamento do apoio político dado pelo seu presidente a candidatos da dissidência do Partido Liberal:

“Nós, abaixo assinados, declaramos ao público em geral que deixamos de fazer parte, nesta data, da sociedade beneficente Fraternidade Artística, da qual éramos fundadores, em razão de procedimento reprovável com que muitos de seus sócios perfidamente se tem exibindo, deixando dominar a especulação sediosa(sic) de indivíduos que sobre a capa da sinceridade e da virtude, só visam interesses sórdidos, sacrificando nas áreas da ambição o que há de mais leal e respeitoso, a liberdade! Humildes operários e, rendendo preito ao público ilustrado desta cidade, cujo apoio tem sido a nossa garantia, julgamos oportuna essa declaração, como um dever de lealdade e eximimi-nos de toda a responsabilidade, a qualquer grau que o destino leve esta sociedade” (*Onze de Junho* 31/8/1881).<sup>13</sup>

Após esta cisão foi fundado o **Club Beneficente Harmonia dos Artistas** no dia 05 de Setembro de 1881. Esta entidade não permaneceu com sua composição exclusiva de artesãos negros, incorporando, ao longo dos anos, uma série de artistas brancos, sendo alguns imigrantes. Esta sociedade passa por uma reorganização em 15 de outubro de 1895. Infelizmente não foi possível averiguar de forma precisa se tais modificações estão atreladas a sua readequação às demandas da nova conjuntura político-social criadas no período republicano, ou são resultados dos conflitos internos entre seus grupos, visto que, segundo Loner, “os artistas de outras nacionalidades foram, pouco a pouco, predominando na diretoria da associação” (2001, p. 247). De qualquer maneira, sabemos que esta sociedade passou por nova cisão em 1898, a partir da formação de grupos com posições diferenciadas. Sobre esta nova divisão, afirma Loner que “embora não possa saber os reais motivos da divisão, uma chapa perdedora em duas eleições sucessivas se retira e forma a S. B. União Humanitária, também composta de artesãos, tendo como maioria elementos inseridos em seu quadro,

---

<sup>13</sup> Citado por Loner (2001, p. 247).

trabalhadores de nacionalidade portuguesa” (2001, p. 247). Estas divergências internas que culminaram com o afastamento da maioria de associados brancos, fizeram com que a entidade retornasse a suas origens negras.

A outra entidade surgida nessa década foi a **Sociedade Beneficente Feliz Esperança**, nascida de uma forma não convencional, pois seu nome inicial era Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança. Ocorre que esta se fundou em 1880 com o objetivo de cotizar a compra de bilhetes de loterias que, se premiados, comporiam um fundo para alforriar seus membros. Em algum momento, ela passou a simplesmente a agir como as outras mutuais, securitizando por meio de pagamentos regulares os seus sócios, “embora haja notícia de que, ainda em 1884, comprasse a liberdade de membros (A Discussão 5 fev. 1884)” (SILVA JR., 2002, p. 02).

Os estatutos da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística de Pelotas foram aprovados no dia 28 de outubro de 1880, tendo a sua fundação legal em março de 1881.<sup>14</sup> Estes são divididos em 13 capítulos, contendo, no total, 86 artigos. Os estatutos do Club Beneficente Harmonia dos Artistas em Pelotas, estão divididos em 10 capítulos, contendo 59 artigos. A entidade é fundada no dia 05 de setembro de 1881, em 17 do mesmo mês são aprovados os seus estatutos.<sup>15</sup> Já o segundo estatutos da mesma sociedade data de 1911, sendo aprovado no dia 05 de maio do mesmo ano, contendo 72 artigos, distribuídos em 14 capítulos. A última notícia desta entidade data de 1916. Os estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança são de 1897, sendo aprovado em assembléia geral no dia 22 de agosto. Este contém 82 artigos distribuídos em 16 capítulos.<sup>16</sup>

A análise das fontes é realizada através de dois procedimentos. Primeiramente, em função dos estatutos portarem diversos conteúdos em comum, são analisados conjuntamente os objetivos, composição e os aspectos administrativos e organizativos das sociedades. Já na segunda parte os estatutos são investigados separadamente, abordado aspectos específicos de cada um.

Objetivos:

Os estatutos da Fraternidade Artística revelam os fins e a definição da sociedade, além de fornecer outros aspectos que contribuem para a discussão da entidade. Ao longo de seus

---

<sup>14</sup> *Estatutos da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística de 1881.*

<sup>15</sup> *Estatutos do Club Beneficente Harmonia dos Artistas de 1881.*

<sup>16</sup> Para verificar a divisão dos capítulos com seus respectivos títulos, ver tabela 1 em Anexos.

artigos não há referência específica sobre a natureza da associação, ou seja, ela não se intitula de socorros mútuos. São revelados os seus objetivos que constituem em beneficiar os seus sócios e fornecer meios de instrução para os mesmos. Também são definidas as categorias profissionais na qual estão direcionados os seus esforços, artistas e homens do trabalho.<sup>17</sup> A respeito de sua composição profissional, é possível verificar que a sociedade não é formada somente por uma categoria específica, no caso a dos artistas. Pelo contrário, revela uma maior possibilidade de composição ao admitir homens do trabalho. O fato de não delimitar estritamente quais ramos de profissão são aceitos fornece indícios que não estava necessariamente orientada a defender interesses específicos relacionados a uma respectiva demanda profissional. Este aspecto pode revelar um sinal sobre que grupo específico pretende representar. Este ponto contribui para a compreensão de sua composição negra, visto que as atividades exercidas pelos mesmos não estavam direcionadas neste momento a um ramo profissional específico.

Ao tratar dos fins da sociedade, este aspecto é novamente tratado de forma genérica ao definir que a sociedade é instituída a beneficiar seus sócios. A preocupação em auxiliar os associados em diversos casos de necessidades, sendo este ponto uma característica básica das sociedades de socorros mútuos, pode ser compreendido como uma forma de inserção social promovida pela entidade. Nesse sentido, a inserção reside na preocupação em manter seus membros com uma estabilidade profissional, não permitindo que alguma situação ocasional interfira na sua sustentação material.

A sociedade Harmonia dos Artistas, através do seu primeiro estatuto, se define como uma entidade socorros mútuos,<sup>18</sup> cujo fim é prestar aos associados e pessoas de sua família os benefícios determinados, através do sistema de mutualidade, assim como qualquer outro auxílio possível e razoável.<sup>19</sup> A composição do club consta de artistas nacionais e estrangeiros, fazendo referência a sua caracterização como entidade mista.<sup>20</sup> Em relação ao segundo estatuto localizado desta entidade, permanece a sua definição como entidade de socorro mútuo, sendo composta por pessoas de todas as nacionalidades, sexo e profissão. Os fins relatados compreendem em socorrer os seus associados que em conseqüente enfermidade venham necessitar socorros.<sup>21</sup> O primeiro ponto que chama atenção nestes estatutos, relacionando com o anteriormente trabalhado, é a sua definição como club de socorros

---

<sup>17</sup> Artigo 1 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística de 1881*.

<sup>18</sup> Artigo 1 dos *Estatutos do Club Beneficente Harmonia dos Artistas de 1881*.

<sup>19</sup> Artigo 3 dos *Estatutos do Club Beneficente Harmonia dos Artistas de 1881*.

<sup>20</sup> Artigo 2 dos *Estatutos do Club Beneficente Harmonia dos Artistas de 1881*.

<sup>21</sup> Artigo 1 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de 1911*.



mútuos. Este aspecto salientado é importante, pois a impressão causada pela sua análise indica que esta sociedade estava direcionada a somente prestar os socorros típicos do mutualismo. Este direcionamento apresentado revela indícios dos motivos da cisão efetuada frente à Fraternidade Artística, fora as questões políticas envolvidas já mencionadas. Na sua composição fica claro a sua busca de se constituir como entidade mista aceitando artistas nacionais e estrangeiros. É visível também a definição da categoria profissional na qual pretende representar. No entanto, através dos estatutos, não é possível verificar se esta entidade tinha esta composição exclusiva. Ao estabelecer os seus fins novamente são mencionados os socorros aos sócios e familiares através do sistema de mutualidade. O único indício presente na sua documentação que permite supor outro tipo de benefício, fora os socorros usuais oferecidos por este tipo de associação, é a menção de prestar “outro qualquer auxílio possível e razoável”, não fazendo nenhuma menção à instrução ou outros aspectos que possam ser entendidos como meio de inserção social.

Conforme os estatutos da Feliz Esperança, a sua composição não traz referências à delimitação de categoria profissional, sendo formada por sócios sem distinção de classes e nacionalidades. Este dado é importante, pois mesmo estando aberta através de seus estatutos a uma composição mista ela é caracterizada por ser uma sociedade de composição negra. Em relação à composição das sociedades verifica-se nos estatutos de 1897 (Feliz Esperança) e 1911 (Harmonia dos Artistas) uma definição dos sócios não pautados por categorias profissionais específicas. Dentre os objetivos determinados, verifica-se a atenção direcionada à instrução de seus sócios manifestada de forma clara, mencionando os meios para tal empreendimento: leitura de livros e jornais, fora a finalidade genérica de proporcionar tudo “quanto possa oferecer um resultado útil e instrutivo”<sup>22</sup>. Mesmo que este ponto demonstre ser uma dos principais objetivos da sociedade, não são localizados ao longo dos estatutos outros artigos tratando sobre a instrução, fora a realização de conferências, fato que pode ser compreendido como meio de instrução e formação profissional, dependendo dos conteúdos tratados. Em relação aos benefícios oferecidos não traz grandes modificações em relação aos desenvolvidos pelas outras entidades.

A análise dos estatutos das sociedades beneficentes negras demonstrou que os socorros oferecidos correspondem aos estipulados como característicos destas entidades genericamente, conforme levantamento realizado por Luca.<sup>23</sup> Além de analisar os benefícios oferecidos na totalidade das mutuais, a autora considerou as prioridades dos auxílios prestados

---

<sup>22</sup> Artigo 1 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança de 1897*.

<sup>23</sup> Ver tabela 2 em Anexos.

nas diferentes composições das entidades. Selecionou-se da análise de Luca as mutuais compostas por etnias e por categorias profissionais, com a finalidade de uma comparação com as entidades aqui estudadas, visto que as últimas, além de serem formadas majoritariamente por negros, operam, segundo seus estatutos, por categorias profissionais.

Os benefícios oferecidos pelos sócios através dos estatutos das sociedades beneficentes analisados<sup>24</sup> são basicamente os mesmos prestados, de forma geral, no levantamento realizado por Luca, não sendo localizados objetivos diferenciados. Nesse sentido, é possível afirmar que as características dos socorros prestados aproximam de fato estas entidades das mutuais por fechamento profissional. No entanto, é indicativa a presença da preocupação com a instrução, assim como a organização de bibliotecas, em duas das três associações estudadas, socorro mais característico destas instituições pautadas por critérios étnicos. Esta preocupação demonstrada com a formação educacional dos sócios ressalta a composição étnica destas sociedades beneficentes, notadamente marcada pela condição de trabalhadores.

Um outro aspecto importante de ser observado é a diferença existente entre as três sociedades de Pelotas no que compete aos benefícios prestados. Este aspecto indica finalidades diferenciadas nas sociedades expressas através de suas preocupações, além de demonstrar a heterogeneidade destas entidades negras, não permitindo considerá-las de forma homogênea, trazendo diferenças entre os seus fins e objetivos.

#### Composição:

Sobre os sócios, os estatutos tratam da definição de quem os são, das condições necessárias de admissão, os limites impostos, dos seus deveres e obrigações, assim como as penalidades que estão sujeitos.

Em relação às condições de admissão,<sup>25</sup> todos os estatutos apresentam critérios em comum. Alguns deles estão dispostos por motivos óbvios, como a impossibilidade de estar enfermo no momento de admissão, visto a natureza do auxílio, sendo o novo sócio contemplado antes de sua contribuição a entidade. Alguns aspectos relacionados à Harmonia dos Artistas de 1911, no entanto, apresentam uma preocupação maior em manter este controle do candidato submetendo-o a exames médicos toda vez que a diretoria julgar conveniente.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Ver tabela 3 em Anexos.

<sup>25</sup> Ver tabela 5 em Anexos.

<sup>26</sup> Artigo 6 § 1, dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de 1911*.

As preocupações demonstradas em relação à conduta moral indicam alguns fatores relacionados a uma constituição de identidade entre os membros. A existência desses critérios como condição de admissão dos sócios, permite supor que os participantes das entidades sejam morigerados, gozam de bom conceito e exerçam ocupações decentes ou honestas. Estes critérios pronunciados correspondem a um perfil ideal de comportamento visando à afirmação dos sócios como trabalhadores, procurando dissociar-se da visão estigmatizada do negro. Nesse sentido, a elaboração de uma identidade comum entre os sócios busca afirmar-se como trabalhadores dignos e de bons procedimentos, voltado na negação da visão, difundida pela lógica burguesa de valoração do trabalho assalariado, da população negra tida como ociosa, avessa ao trabalho. Sobre a formação da identidade da classe operária no interior das mutuals Loner afirma:

“A construção da identidade da classe trabalhadora vai passar, inevitavelmente por estas entidades, pois são elas as responsáveis pela congregação daqueles conjuntos diferenciados e múltiplos de indivíduos e sua organização, segundo modelos e formas que vão variar ao longo do tempo, mas que têm em comum, o caráter de resposta e afirmação daquele setor, grupo ou categoria, frente à sociedade” (2001, p. 94).

Fora os critérios estipulados de admissão, as entidades mutualistas serviam como meio de socialização dos integrantes e suas famílias, difusoras e mantenedoras de tradições, local de confraternização e convívio entre iguais, contribuindo para manter ou construir uma identidade própria (LONER, 2001, p. 96). No entanto, não é possível avaliar de forma precisa, através dos estatutos, o efeito que estas associações tiveram na construção de uma identidade entre os seus membros. Para isto, seria necessário o auxílio de outras fontes que expusessem as discussões desenvolvidas em torno das solicitações dos associados, além de documentações que permitissem acompanhar o cotidiano das atividades desenvolvidas no interior das instituições. Outro ponto que contribui para este esclarecimento é a avaliação do quanto que os sócios estavam envolvidos com as entidades, ou se estabeleciam apenas a relação pautada na mutualidade.

As divisões internas dos associados apontam para modificações na sua estrutura de organização atreladas às temporalidades distintas da documentação. Nos estatutos localizados na década de 1880 os sócios são divididos<sup>27</sup> em efetivos e beneméritos, trazendo diferenciação aos sócios fundadores, ao passo que nos outros estatutos estipulam-se a criação

---

<sup>27</sup> Ver tabela 4 em Anexos.

dos sócios honorários. Somente a Harmonia dos Artistas oferece possibilidade aos sócios de remir-se, tendo neste intento os sócios fundadores uma grande vantagem. É possível localizar nas sociedades Harmonia dos Artistas e Feliz Esperança a preocupação em garantir a sobrevivência material da sociedade através de benefícios aos sócios que contribuam aos cofres da associação, através de doação ou da indicação de novos associados. A Harmonia dos Artistas (1881) admitem como sócios beneméritos os médicos e farmacêuticos que prestarem seus serviços gratuitamente aos sócios pobres. Além dos jornalistas que filantropicamente se prestarem a publicar os anúncios do clube.<sup>28</sup> A Feliz Esperança fornece aos sócios beneméritos, honorários e remidos um cartão assinado pelo presidente da entidade para serem atendidos pelos médicos de forma mais eficiente, escapando aos procedimentos burocráticos que os sócios ativos estão sujeitos.<sup>29</sup>

As partes dos estatutos referentes aos deveres dos associados são bastante semelhantes, podendo ser resumidos da seguinte forma: pagar a jóia de admissão e as mensalidades; servir aos cargos para o qual foram eleitos ou nomeados; respeitar os administradores; obedecer às determinações da diretoria e da assembléia geral; concorrer com a sua influência para o engrandecimento da instituição; respeitar os estatutos, ressaltando a necessidade de manter a boa ordem da sociedade, a regularidade dos trabalhos da mesma, respeitar os seus estatutos. Também são abordados aspectos sobre as relações entre os associados, inclusive do presidente com os sócios, visando à harmonia interna do grupo. Outro ponto exposto é sobre a forma de participação dos associados nas reuniões e da forma de reclamação interna, que deve ser realizada por escrito.

Os motivos relacionados à perda de direito de sócio e da aplicação de multas, ocorrem basicamente em função da interrupção do pagamento das mensalidades, por condutas indisciplinadas, ausência nas reuniões e enterros, e o não cumprimento de sócios que ocupam algum cargo administrativo das obrigações destinadas. É ressaltado novamente o papel fiscalizador da Assembléia Geral frente os procedimentos da diretoria. Se as penalidades forem aplicadas a algum membro da direção este terá o dobro da pena.

Aspectos administrativos e organizacionais:

Em relação às formas de organização interna e administração das entidades basicamente são definidos os cargos administrativos e as obrigações referentes a cada

---

<sup>28</sup> Art. 45 dos *Estatutos do Club Beneficente Harmonia dos Artistas de 1881*.

<sup>29</sup> Artigo 68 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança de 1897*.

ocupação. Os estatutos apontam as obrigações e procedimentos de funcionamento da assembleia geral, versando sobre as formas das reuniões e condições de convocação das mesmas, tendo a mesma atenção para diretoria. Assim como as formas e procedimentos administrativos e as eleições da composição destes quadros.

As eleições de todas as sociedades eram realizadas anualmente. Os cargos em questão são os da diretoria,<sup>30</sup> sendo que quem vota são os sócios em pleno gozo de seus direitos. A Harmonia dos Artistas, nos seus dois estatutos, não faz menção à questão de reeleição, fato trabalhado pela Fraternidade Artística e a Feliz Esperança, não a permitindo. Nestas últimas duas referidas, a votação ocorre por maioria relativa, ao passo que na Harmonia dos Artistas (1881) é necessário contar com um quorum de 2/3 dos associados. O seu estatuto de 1911 não aborda esta questão. Comparando as sociedades sobre a questão da eleição é possível perceber que a Harmonia dos Artistas detalha mais os procedimentos de votação, sendo que é verificada uma presença mais atuante do presidente neste processo.

A assembleia geral é abordada pelas sociedades através de capítulos específicos. As suas atribuições apresentam, basicamente, uma grande similaridade que podem ser resumidas nas seguintes: prover pelo bom andamento da sociedade, eleger os cargos disponíveis, alterar ou reformar os estatutos e votar sobre as medidas da diretoria. A Feliz Esperança aponta a votação, através da assembleia geral dos títulos para sócios beneméritos e honorários, sendo estes indicados pela diretoria. São manifestos alguns pontos em comum entre as entidades com os estatutos situados na década 1880: apontam a sua função fiscalizadora frente à diretoria e a consideram como poder supremo da sociedade. A atenção direcionada à assembleia geral por estes estatutos mais antigos leva a crer que as entidades procuravam constituir uma organização mais democratizada, visto que os outros dois estatutos da virada do século não mencionam esta importância, caracterizando-se por serem mais detalhadas nos seus procedimentos e funcionamentos. As reuniões ocorrem trimestralmente, salvo nos estatutos de 1911 da Harmonia dos Artistas ocorrendo três vezes no ano. É abordada a possibilidade de realizar reuniões extraordinárias toda vez que for julgado necessário. As votações realizadas ocorrem por maioria relativa por escrutínio secreto, porém para sócios em pleno gozo de seus direitos para a Feliz Esperança. De forma geral, é possível afirmar que Harmonia dos Artistas detalham mais o funcionamento e as atribuições da assembleia geral.

As atribuições referentes à diretoria também demonstraram ter uma grande semelhança, podendo ser resumida nos seguintes aspectos: zelar pelos interesses da sociedade,

---

<sup>30</sup> Salvo o caso da Feliz Esperança onde é mencionada a eleição para o orador e a comissão de sindicâncias, quando a diretoria achar conveniente.

não se afastar das prescrições estatutárias, administrar a instituição, aplicar as penas previstas, aprovar ou reprovar admissão de sócios, nomear as comissões necessárias e contratar serviços ligados à administração da casa e aos benefícios oferecidos. Nos estatutos das sociedades recém criadas é atribuída à diretoria a redação de um regulamento interno.

Como lembra Petersen, nos estatutos destas sociedades há inúmeros artigos destinados a coibir abusos ou fraudes, principalmente no que se refere à assistência médica e ao não pagamento de mensalidades, apontando para o cuidado de proteger prudentemente os recursos arrecadados. Em alguns casos, há também determinações específicas para o processo de contratação e de veres do facultativo que deverá prestar serviços médicos aos sócios e suas famílias (2001, p.46).

Aspectos específicos:

#### a) Sociedade Beneficente Fraternidade Artística

Baseando-se especificamente nos seus estatutos, é possível afirmar que as formas encontradas de inserção social do elemento negro estão fundamentadas na manutenção de sua estabilidade financeira, e, conseqüentemente, na sua condição de trabalhador assalariado, e também na instrução como ferramenta de ascensão social. Nos mesmos estatutos, junto com elementos apontados pela bibliografia, é possível afirmar que esta sociedade está inserida em processo maior de inserção social caracterizado pela ligação entre diferentes formas organizativas, valendo-se dos meios disponíveis para valer as suas reivindicações.

Os seus estatutos são específicos ao tratar da existência de uma parte literária e mais fins convenientes a seus membros. Outros artigos reportam esta preocupação com a instrução dos sócios:

##### Artigo 56

A literatura de que trata o artigo 1º capítulo 1º constará de uma biblioteca de livros úteis para a diversão e desenvolvimento dos sócios sendo feita às expensas dos mesmos.

##### Artigo 57

Se algum sócio quiser abrir curso noturno para instrução dos mesmos, a sociedade fornecerá luzes, franqueará a casa para os sócios que quiserem instruir-se, ficando a diretoria encarregada de proporcionar os meios mais convenientes para esta disposição.

Estes artigos adicionais ajudam a elucidar a finalidade de proporcionar uma literatura para os membros da sociedade, ficando claro a intenção em oferecer diversão e

desenvolvimento intelectual e instrutivo aos sócios. O foco na instrução é realçado no momento que oferta a possibilidade de abrir um curso noturno voltado para a instrução dos mesmos, cedendo o espaço material da entidade arcando com algumas das despesas resultantes de tal empreendimento. No entanto, é importante lembrar que as intenções expostas nos artigos não significam a realização de tais intentos. Fora o fato da sociedade não comprometer-se diretamente com estes objetivos, deixando aberto à iniciativa de seus componentes.

As atribuições do orador, por sua vez, indicam novamente uma preocupação voltada para a instrução dos sócios:

Artigo 77

Ao orador compete em sessões da assembléia geral pronunciar orações instrutivas que harmonizem-se com os presentes estatutos.

Artigo 80

O orador devera usar de linguagem ao alcance de todos os sócios para assim tornar-se mais breve a instrução, nunca ofendendo a moral e o decoro da sociedade.

É possível verificar um aspecto que diferencia esta entidade das demais analisadas, no entanto não resulta numa especificidade frente às mutuais de forma geral. A existência de um orago - São João Batista - na sociedade aponta aspecto de ligação com outras formas organizativas na qual a população negra participou. Nesse sentido, é possível que a Fraternidade Artística, através de seus estatutos, possa ter incorporado experiências relacionadas à vivência desta população nas Irmandades negras de Pelotas. Outro indício que direciona esta percepção é a atenção voltada para o funeral, aspecto abarcado pelas outras mutuais, porém com menos atenção e critério.

Nesse sentido, primeiramente a sociedade, na necessidade de realizar o enterro, não permite que as despesas sejam repassadas à família, cabendo a ela própria consumir os cerimoniais. Este aspecto pode ser compreendido como uma intenção de proporcionar ao grupo um sentimento de pertencimento e fortalecer a aproximação dos membros visto que é exposta a obrigatoriedade a todos sócios de acompanhar o enterro, assim, da mesma forma, a participação de suas famílias na missa de sétimo dia, sob sujeição de penalidades. Esta preocupação em envolver toda comunidade neste tipo de ritual, o que não é localizado nas outras sociedades em estudo, é encontrada também nas práticas desenvolvidas no interior das irmandades.

Um último aspecto que diferencia esta sociedade das demais e aproxima a percepção desta entidade como composta pela população negra, é a preocupação manifesta com os escravos:

#### Artigo 58

Se qualquer eventualidade se dissolver a sociedade o fundo que então existir em caixa será aplicado à liberdade de escravos morigerados e de bom procedimento.

#### Artigo 59

A diretoria ultima no cumprimento do artigo antecedente terá sempre em vista o escravo homem de preferência.

Beatriz Loner nos traz algumas informações que permitem compreender mais claramente alguns dos argumentos expostos:

“Na grande luta pela abolição, merecem destaque algumas figuras entre o grupo pelotense, como a família de **Manoel Conceição da Silva Santos**, que foi proprietário do jornal *A Voz do Escravo*, presidente da Fraternidade Artística e membro da diretoria de dois clubes abolicionistas, além da Irmandade Nossa Senhora do Rosário” (2008, p. 49).

A localização de um eminente membro desta associação envolvido com outras formas de organização fornece indícios que corroboram os argumentos desenvolvidos. De qualquer forma não pretendo reduzir as ações de uma sociedade a uma trajetória de vida localizada. No entanto, a ausência de fontes que permitam averiguar atentamente as questões propostas, toda informação obtida pela bibliografia tem grande importância.

Manoel da Conceição da Silva Santos foi membro da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, um dos fundadores e redatores do jornal *A Voz do Escravo* surgido em 16/01/1881, membro de dois clubes abolicionistas sendo o Club Abolicionista um deles e um dos presidentes da S. B. Fraternidade Artística, apesar de seu nome não constar entre os redatores de seus estatutos. A sua trajetória confirma a compreensão de que ocorria a participação de negros em estruturas diversas, resultando na utilização dos espaços adquiridos em meios de reivindicação e interação social, além de apontar muitos aspectos em comum com esta entidade específica. Nesse sentido, a sua participação como membro da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário pode revelar mais um indício desta acumulação de experiência, fora os apontamentos levantados pelos artigos destacados. Liane Muller localiza em Porto Alegre a ligação entre os membros, objetivos e práticas das associações negras com as irmandades de negros. Os critérios apresentados para a seleção dos escravos a serem comprados na situação de dissolução da sociedade são basicamente os mesmos desenvolvidos pelo Club Abolicionista. Já a participação no jornal *A Voz do Escravo* aponta a coligação desenvolvida com outros setores, visto que o Cônego Canabarro é um de seus fundadores e redatores, o envolvimento com o abolicionismo, pois o jornal pertence a um órgão abolicionista, e a



preocupação com a educação como via de inserção do negro na sociedade, visto que alguns artigos tratam especificamente deste ponto.

b) Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas:

Baseando-se na leitura dos estatutos é possível afirmar que a Harmonia dos Artistas oferecia a inserção social do elemento negro, uma parcela de seus associados, através da manutenção da condição de trabalhadores através dos benefícios oferecidos. Esta entidade caracterizou-se por constituir em uma mutual típica de socorros previdenciários. Nesse sentido, é possível compreender que, se de fato teve maioria negra ao longo de sua existência, visava a inserção do negro de maneira individual e não através de uma ação de conscientização e mobilização da população negra.

Partindo desta comparação, infere-se a postura da Harmonia dos Artistas em não posicionar-se com relação a questões políticas, bem como assuntos sociais. Este ponto é trabalhado pela Fraternidade Artística, verificado através da preocupação manifestada frente à população escrava, e o envolvimento desta entidade com setores abolicionistas, inclusive através da vinculação política, motivo que resultou no afastamento e criação da entidade em análise. Os artigos que reportam a este aspecto são:

Artigo 12º. § Único. Será punido da mesma forma todo aquele que, usando da palavra, tratar de assuntos políticos ou privados no grêmio do clube.

Artigo 24º. Fica inteiramente proibido a qualquer sócio, sob as penas do artigo 12, promover discussões sobre assuntos sociais em sessões publicas, tais como de posse, etc.

Outro artigo localizado que demonstra o afastamento da entidade de questões sociais relacionado à população negra é o direcionamento dos fundos existentes no caixa caso a sociedade se dissolver:

Artigo 49º. Este club não pode ser dissolvido senão quando para isto haja votação de dois terço, pelos menos, de sócios efetivos.

Artigo 50º. Sendo tomada a resolução de dissolução, a diretoria oficiara aos fundadores, membros da primeira diretoria, de quem dependerá a última resolução.

Artigo 51º. Dissolvido que seja o clube e pagas as dívidas, o restante será entregue ao Hospital de Misericórdia da cidade de Pelotas.

Primeiramente é importante observar que a dissolução da entidade envolve um procedimento mais burocratizado e centralizado, cabendo a decisão final aos membros da primeira diretoria, provavelmente os desertores da primeira entidade trabalhada. A intenção de direcionar os fundos existentes para o Hospital de Misericórdia revela uma preocupação

social, que não está diretamente relacionado à população negra, fato verificado na Fraternidade Artística.

Os segundos estatutos da Harmonia dos Artistas, de 1911, continuam demonstrando o enfoque apresentado na fundação da entidade se voltando para a prestação de socorros típicos das entidades mutualistas. Dessa forma, não traz nenhuma nova menção que reporte às formas de inserção social, excetuando a manifestada anteriormente. No entanto, é possível localizar na documentação analisada aspectos que apontam situações decorridas das aplicações dos benefícios. O detalhamento verificado nos procedimentos e precauções dos socorros oferecidos contribui para a compreensão desta sociedade como tipicamente mutualista, não trazendo elementos que a distingam por conter maioria negra como a bibliografia menciona.

Diversos artigos apontam para o crescimento material da sociedade e a sua forte vinculação com os socorros oferecidos relacionados à enfermidade. Nesse sentido a existência de capítulos específicos, como *Do capital*, *Dos deveres dos médicos e Dos deveres do contínuo cobrador*, resultam da necessidade de uma abordagem pormenorizada em seus estatutos, que podem estar relacionadas às demandas vivenciadas pela entidade que podem ser compreendidas através destes três elementos: capital acumulado, prestação de socorro aos enfermos e cobrança das mensalidades. Outros pontos discorridos nos artigos apontam possíveis dificuldades encontradas na prestação dos benefícios. Sobre o exercício destes benefícios é possível mencionar algumas particularidades como o fato dos médicos informarem os abusos que sofriam dos sócios<sup>31</sup>; a definição de julgamento para avaliar a ocorrência de prestação dos socorros em casos de duelos<sup>32</sup>; a delimitação dos auxílios oferecidos em caso de parto<sup>33</sup>; a proibição de freqüentar diversões à noite pelo sócio socorrido<sup>34</sup>; entre outros. Os aspectos mencionados através dos artigos apontam para uma preocupação voltada em atender as exigências decorridas em função da prestação dos serviços oferecidos, passando a serem mais localizados. Dessa forma, se o primeiro estatuto de 1881 não mencionava aspectos que possam ser compreendidos como meios de inserção social - fora a prestação dos socorros, o segundo estatuto só não vai deixar de citá-los, como vai reduzir os alcances dos benefícios oferecidos.<sup>35</sup>

Novamente Loner proporciona elementos que podem contribuir para a compreensão da complexidade do fenômeno estudado. Ao analisar, em Rio Grande, o surgimento da

---

<sup>31</sup> Artigo 53 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de 1911*.

<sup>32</sup> Artigo 13 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de 1911*.

<sup>33</sup> Artigo 15 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de 1911*.

<sup>34</sup> Artigo 16 dos *Estatutos da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de 1911*.

<sup>35</sup> Ver tabela 3.

Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, surgida por volta de 1890, sendo exclusiva de negros e pardos, localiza como presidente **Marcos Caetano da Cunha**, um dos redatores da Fraternidade Artística, também participante da criação da Harmonia dos Artistas em Pelotas, sendo este um dos relatores de seus Estatutos. Também foi localizado como presidente, em 1892, da primeira Liga Operária Rio-Grandina, que congregava artesãos e operários, sem distinção de cores (LONER, 2001, p. 248). O fato de identificar a vinculação de demandas sociais na trajetória de Marcos Caetano da Cunha, não resulta na compreensão da sociedade portando o mesmo perfil.

c) Sociedade Beneficente Feliz Esperança:

A análise dos estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança aponta como meio de inserção social de seus membros: primeiro, assim como as demais, procurar manter a situação estável de trabalhador entre os seus sócios. Este aspecto é ressaltado pela presença da bolsa esperancista, evidenciando uma dificuldade específica enfrentada pela população negra no processo de relações assalariadas. Segundo, a busca de instrução, demonstrada como um dos principais objetivos do clube, através de leituras de jornal e de livros, fora a citação de realização de conferências.

De forma geral, os seus estatutos apresentam uma preocupação em descrever minuciosamente as atribuições dos cargos e os procedimentos dos benefícios ofertados. Este aspecto também é observado nos estatutos da Harmonia dos Artistas de 1911, o que indica uma característica dessas mutuais no transcorrer do tempo se relacionadas aos estatutos elaborados no período imperial. O motivo dessa configuração pode estar relacionado ao aumento da população nas relações de trabalho assalariadas, principalmente como operários de fábricas, que resultavam na busca de instituições que prestassem os socorros necessários ao seu cotidiano. Estas ênfases dedicadas aos procedimentos da prestação dos benefícios através da mutualidade apontam a adequação às demandas surgidas, assim como revelam a necessidade de uma estrutura administrativa mais eficiente. Este detalhamento indica a possibilidade de crescimento da sociedade, no entanto dificulta a localização de indícios que revelam meios de inserção social.

Um ponto que é trabalhado pela Feliz Esperança e que a distingue das demais é a constituição da denominada bolsa esperancista, através de um capítulo específico para seu tratamento. O seu objetivo é “amparar pecuniariamente os membros da corporação quando hajam tido a infelicidade de cometer algum crime que não ofenda a moral pública, ou tenham

sido vítima das desumanas arbitrariedades dos agentes da justiça pública”.<sup>36</sup> A receita desta bolsa é constituída através da esportula facultativa dos participantes de quermesses e conferência promovidas pela diretoria.<sup>37</sup> Os estatutos ainda estabelecem outra forma de arrecadação de fundos para a bolsa esperancista:

Artigo 53 - A diretoria adotará ainda como fonte de receita para a referida bolsa:

§ 1. Estabelece nas salas de discussões e em um lugar bem visível um cofre de madeira de tamanho regular, fechada a chaves com orifícios e dimensões originárias na parte superior e na parte visível por-se-á a seguinte inscrição: bolsa esperancista de amparo aos fracos.

§ 2. Este cofre servirá para nele serem postas as quantias que voluntariamente forem acertadas a bolsa esperancista pelos visitantes.

A atenção dedicada ao amparo de sócios presos, seja em função de cometer algum crime ou sendo vítima das arbitrariedades relatadas, demonstra serem situações que circundam a vida dos associados desta entidade. Em vista de socorro é possível reafirmar que esta sociedade caracteriza-se por ter na sua composição a população negra. A respeito da perseguição social sofrida por esta parcela, Loner afirma: que “o negro o alvo preferencial das violências e arbitrariedades policiais, especialmente no imediato pós-abolição, quando esteve em curso a tentativa de organização do mercado de trabalho livre e disciplinamento do trabalhador, que foi feito em parte com o constrangimento ao trabalho, sob a justificativa de combate à vadiagem” (2001, p. 260). Sob este aspecto, a sociedade realiza uma forte crítica ao Estado instituído e desenvolve mecanismos de defesa frente à perseguição apontada pela bibliografia e pelas fontes. A sociedade ao fixar um cofre em local bem visível nas salas de discussões para o depósito de donativos, leva a crer a intenção de tornar público o seu posicionamento frente a esta situação, envolvendo os integrantes da entidade, assim como seus visitantes.

A pesquisa de Beatriz Loner sobre o surgimento do movimento operário em Pelotas e Rio Grande demonstrou um forte envolvimento da população negra atestando a sua importância neste processo. A autora identifica a Feliz Esperança como a principal associação de Pelotas considerando-a como o baluarte da representação negra na cidade. A ligação desenvolvida entre esta sociedade e o movimento operário provém do fato dos seus sócios pertencerem simultaneamente a estas atividades, além da utilização de sua sede por organizações operárias. Sob este aspecto, sediou a União Operária Internacional,<sup>38</sup> abrigando

---

<sup>36</sup> Artigo 51 § Único dos *Estatutos da Sociedade Benficiente Feliz Esperança de 1897*.

<sup>37</sup> Artigo 52 § 1 e 2 dos *Estatutos da Sociedade Benficiente Feliz Esperança de 1897*.

<sup>38</sup> O surgimento da União Operária Internacional está ligado, segundo Loner, às práticas discriminatórias contra operários negros e/ou pobres pela principal entidade operária do início da República, a Liga Operária. A União

reuniões de entidades de categorias, como a Tipográfica Guttemberg e outras. Outras atuações da entidade negra nesse sentido foram a realização de conferências socialistas e operária (LONER, 2001, p. 247), além da intenção de fazer-se representar no Congresso Operário Gaúcho de 1898 (LONER, 1999, p. 04).

As informações obtidas através da bibliografia sobre algumas atuações da sociedade beneficente Feliz Esperança reiteram os limites de uma pesquisa baseada somente na análise dos estatutos, que não permite acompanhar o cotidiano destas instituições, ou seja, não é possível verificar como se manifestavam a aplicação de seus artigos. Conforme a documentação consultada, não constam artigos que possam apontar a ligação direta desta sociedade com as reivindicações operárias.

O envolvimento da Feliz Esperança com outras entidades, sediando algumas em seu edifício social, revela uma especificidade desta mutual em comparação com as demais estudadas, apesar de todas apresentarem lideranças vinculadas a diversas entidades. Este contato direto entre as sociedades de socorros mútuos, segundo Tânia de Luca, são raros. A autora afirma que apenas 8,5% destas instituições declaravam a intenção de manter relações com entidades congêneres, afirmando que “apesar de terem existido algumas propostas no sentido de aglutinar as associações mutualísticas em entidades mais ampla, na prática elas não se concretizavam” (1990, p. 32). A situação verificada nesta pesquisa aponta que apesar dos estatutos da Feliz Esperança não trazer nenhuma indicação deste procedimento, a sociedade teceu uma grande quantidade de redes de coligações e envolvimento com outras instituições.

As informações adicionais fornecida pela bibliografia a respeito do procedimento cotidiano desta entidade revelam um forte vínculo com outras instituições e atividades, demonstrando a ligação desta sociedade, ou de lideranças dela, com as reivindicações operárias. Estas coligações demonstram a pluralidade das influências que compunham no interior destas sociedades mutualistas.

---

operária Internacional, com forte influência socialista, tinha em sua primeira diretoria 14 dirigente negros, num total de 16 membros (87,5%), os quais todos ocupavam os postos de importância. (2008, p. 252)

## CONCLUSÃO:

O presente trabalho procurou identificar os meios de inserção social desenvolvidos pelas sociedades mutualistas de maioria negra na cidade de Pelotas. Para o desenvolvimento desta problemática, fez-se necessário a discussão em torno das características deste tipo de instituição, bem como a compreensão sobre a transformação das relações de trabalho neste contexto específico.

Através das análises dos estatutos foi possível verificar diferenciações entre as funções e objetivos das associações mutualistas em destaque, que revelam uma heterogeneidade das formas adotadas de inserção social da população negra, integrante das mesmas. Outro aspecto verificado foi o sinal, seja pela observação das fontes primárias ou pelos indícios coletados da bibliografia, de experiências adquiridas de outras formas de organização na quais os negros fizeram parte e de relações estabelecidas com outras instituições coexistentes.

É possível afirmar que as sociedades beneficentes apresentavam em comum a preocupação em manter a estabilidade da condição de trabalhador assalariado entre seus associados. Nesse sentido, esta manutenção é compreendida como um mecanismo de inserção social do elemento negro, aspecto que só pode ser compreendido levando em consideração as disputas desenvolvidas no contexto específico de Pelotas, onde se manifestavam a negociação por espaço de atuação e reivindicação de posições sociais e econômicas entre diferentes setores que compunham esta sociedade.

Diante destas constatações, é possível afirmar que a Harmonia dos Artistas caracterizava-se por uma constituição típica de mutual, oferecendo aos seus associados os socorros característicos destas organizações, não demonstrando ofertar outros mecanismos de inserção social aos seus membros. Este aspecto é reafirmado pela comparação entre os seus dois estatutos que apresentam uma diminuição dos objetivos propostos, centrando sua atenção aos benefícios típicos destas organizações e por demonstrar uma preocupação crescente nos aspectos organizacionais e funcionais da sociedade.

Contrapondo-se à Harmonia dos Artistas, as sociedades Fraternidade Artística e Feliz Esperança ressaltam a sua preocupação, de forma clara, com a formação educacional de seus sócios, dispondo indícios sobre a forma que se desenvolveria tal intento. Um aspecto que chamou a atenção em relação à Fraternidade Artística foi a inclusão de artigos, assim como a preocupação demonstrada de acordo com práticas específicas, que permitem afirmar a existência de ligação entre as experiências adquiridas pelos negros nas Irmandades e a

organização desta mutual. Em relação à Feliz Esperança, fora a questão da instrução, foi possível afirmar, com o aporte bibliográfico, a relação estabelecida entre esta entidade, e algumas de suas lideranças, com outras formas de organização coexistentes.

Em relação à contribuição destas associações para uma formação identitária verificou-se a necessidade de um cruzamento com outras fontes para o desenvolvimento da questão, visto que os estatutos trazem poucas informações sobre esta discussão. No entanto, foi possível identificar alguns aspectos referentes às posturas desejadas como condição de admissão de sócios. Nesse sentido, compreende-se que a preocupação com a boa conduta e o rigor moral eram meios existentes naquele contexto específico de lutas por melhores condições de vida.

O significado do surgimento destas sociedades beneficentes está principalmente ligado ao fato de demonstrarem que a transição da mão de obra escrava para a livre, assim como as modificações das relações de trabalho resultantes deste processo, não está diretamente atrelada à extinção formal da escravatura em 1888. Dessa forma, os negros já vivenciavam experiências de trabalho assalariado, bem como formas associativas, ainda no período sob vigência do escravismo. Nesse sentido, a oposição entre Império/trabalho escravo e República/trabalho livre encobre a complexidade deste processo histórico marcado por profundas transformações sociais. Sob este aspecto, o grupo negro utilizou de diversas estruturas ao seu alcance, articulou diversas alianças com outros setores sociais, seja através da crítica da escravidão e a luta pela abolição, ou através da identificação com camadas sociais com dificuldades análogas as suas – como o operariado. Esta apreciação possibilita a compreensão de que as relações sociais desenvolvidas pelos negros na busca de uma participação social, diferente das vivenciadas e legadas pela lógica escravista, estão relacionadas a este complexo processo de transformação das relações de trabalho.

Finalizando, a pesquisa realizada revelou a complexidade que envolve os temas relacionados ao estudo. Primeiramente, constatou-se a dificuldade de compreender a transformação das relações de trabalho de forma estanque, opondo os períodos políticos como portadores estritos de relações de trabalho. Após, através da análise dos estatutos, verificou-se a pluralidade de significados que competem ao mutualismo, apresentando diferenças significativas, nos objetivos expostos e na organização interna, na pequena amostra selecionada para esta monografia. Por último, tornou-se claro, a impossibilidade de compreender a grupo negro de forma homogênea, manifestando diferenças internas que revelam a necessidade de análises mais pormenorizadas.

Assim, o estudo dessas sociedades beneficentes contribui para os debates desenvolvidos anteriormente, revelando a complexidade das formas de relação de trabalho e da vivência dos trabalhadores daquele contexto, as dificuldades da compreensão em torno das entidades mutualistas, as diferentes vivências experienciadas pela população negra no período final do regime escravista, bem como a pluralidade dos posicionamentos deste setor na sua atuação social.



## **BIBLIOGRAFIA:**

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. “Idade, Sexo, Ocupação e Nacionalidade dos Escravos Charqueadores (1780-1888)”. *Estudos Iberos-Americanos*, PUCRS, XVI (1, 2), julho e dezembro de 1990.

BAKOS, Margaret. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. “Regulamentos sobre os serviços dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)”. *Estudos Iberos-Americanos*, Porto Alegre, v.9, n. 1-2, p. 125-36, jul./dez. 1983.

BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL*, n. 10/11, v. 6, 1999.

\_\_\_\_\_. “Vida associativa: por um nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997.

BERND, Zilá e BAKOS, Margaret M. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1991.

DORNELLES, João Batista. “Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910)”. *História em Revista*, Pelotas, v.4, dezembro de 1998.

FARIAS, Ginamar Oliveira. Um olhar sobre as origens dos clubes de etnia negra – “Fica aí pra ir dizendo” e “Chove e não molha”. Monografia de conclusão de curso. UFPEL, 2000.

GILL, Lorena Almeida e Loner, Beatriz Ana. Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS). *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007.

GOMES, Arilson dos Santos. A Frente Negra Pelotense e suas idéias no Rio Grande do Sul na década de 1930. Comunicação apresentada no II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005.

GOMES, Fabrício Romani. “Associativismo negro em Caxias do Sul”. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007.

GUTIERREZ, Ester J. B. “Negros, Brancos e ‘pardos’ na construção do novo mundo: Pelotas 1848-1888”. *História em Revista*, Pelotas v. 3, novembro de 1997.

LONER, Beatriz A. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Editora Universitária: Unitrabalho. 2001.

\_\_\_\_\_. “A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande”. In.: (org.) SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos & CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. “1887: A revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata”. *Historia em Revista*, Pelotas, v. 3, novembro de 1997.

\_\_\_\_\_. “Negros: Organização e Luta em Pelotas”. *História em Revista*. Pelotas, n. 5, 1999.

\_\_\_\_\_. Antônio: de Oliveira a Baoba. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. 2005.

LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo)*. São Paulo, Editora Contexto, 1990.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

MELLO, Marco Antonio Lírio de. *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas, Editora Universitária UFPel, 1994.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Os contratados: uma forma de escravidão disfarçada”. *Estudos Iberos-Americanos*, v. 16, n. 1 e 2, jul/dez 1990.

MÜLLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – *Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889 – 1920*. Porto Alegre, PUCRS, 1999 (dissertação de mestrado em História).

\_\_\_\_\_. “Em frente siga “livre”! Imprensa, discurso e opressão ao negro em Porto Alegre do fim do século XIX”. *Histórica*, n. 2, março de 2001.

PERES, Eliane Teresinha. “*Templos de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*”. Porto Alegre, UFRGS, 1995. (dissertação de mestrado em Educação).

PESAVENTO, Sandra. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1989.

\_\_\_\_\_. “Trabalho livre e ordem burguesa (Rio Grande do Sul 1870-1900)”. *Revista de História*, São Paulo, n.120, jan. e jul. 1989.

\_\_\_\_\_. *De escravo a liberto: um difícil caminho*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria*”: *História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 2001.

\_\_\_\_\_. “As Associações Beneficentes de Socorros Mútuos e a História do Movimento Operário Gaúcho”. *Cadernos ISP*, Pelotas, UFPel n. 11, dezembro de 1997.

RALLE, Mechel. “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870 – 1910)”. *Cadernos AEL*, n. 10/11, v. 6, 1999.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa em Pelotas (1907-1957)*. Niterói, UFF, 2000. (dissertação de mestrado em História)

SILVA Jr, Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, PUCRS, 2004. (tese de doutorado em História).

\_\_\_\_\_. “Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de socorros mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914)”. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005.

\_\_\_\_\_. “Etnia e classe no mutualismo do RS (1854-1889)” *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, 25(2), 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira de. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In.: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

XAVIER, Regina (org). *História da Escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

WEBER, Beatriz Teixeira. “A organização do mercado de trabalho livre no período de transição da mão-de-obra escrava para a livre: o caso de Santa Maria –RS”. *Sociais e Humanas*, v.3, n.1, p. 23-49, 1989.

#### **FONTES PRIMÁRIAS:**

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Ato de 3 de março de 1881. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidas pela Presidência de São Pedro do Rio Grande do Sul no de 1880*. Porto Alegre: Typ. Do Conservador, s/d. AHRS.

ESTATUTOS do Club Beneficente Harmonia dos Artistas. Ato n. 9 de 4 de fevereiro de 1882. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidas pela Presidência de São Pedro do Rio Grande do Sul no de 1880*. Porto Alegre: Typ. Do Conservador, s/d. AHRS.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas de Pelotas. *Pelotas: Oficinas do Diário Popular, 1911*. Biblioteca Pública de Pelotas.

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Feliz Esperança. *Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1897*. Biblioteca Pública de Pelotas.

## ANEXOS:

Tabela 1: Capítulos dos Estatutos das Sociedades Benéficas

	<b>S. B. Fraternidade Artística (1881)</b>	<b>C. B. Harmonia dos Artistas (1881)</b>	<b>S. B. Harmonia dos Artistas (1911)</b>	<b>S. B. Feliz Esperança (1897)</b>
<b>Cap. 1</b>	---	Do club e seus fins	Da organização da sociedade e seus fins	Denominações e organização da sociedade
<b>Cap. 2</b>	Admissão de sócios	Dos sócios e sua admissão	Capital	Fins da sociedade
<b>Cap. 3</b>	Da administração	Deveres e direito dos sócios	Dos sócios e suas admissões	Da admissão de sócios
<b>Cap. 4</b>	Da diretoria	Disposições gerais	Socorro aos enfermos	Das jóias, mensalidades e remissões
<b>Cap. 5</b>	Assembléia geral	Da administração do club	Enterros	Da classificação dos sócios
<b>Cap. 6</b>	Dos deveres do sócio em geral	Da assembléia geral	Das disposições penais	Dos deveres dos sócios
<b>Cap. 7</b>	Dos deveres da sociedade para com os sócios	Das eleições	Deveres e cargos	Dos direitos dos sócios
<b>Cap. 8</b>	Do enterro dos sócios	Da beneficência em favor do sócio	Da diretoria	Dos falecimentos
<b>Cap. 9</b>	Disposições gerais	Do enterro dos sócios e beneficência de suas famílias	Presidente e vice-presidente	Da assembléia geral
<b>Cap. 10</b>	Das penas que incorrem os sócios	Disposições gerais	Da assembléia geral	Da diretoria
<b>Cap. 11</b>	Das eleições	---	Das eleições	Das eleições
<b>Cap. 12</b>	Do orador	---	Deveres dos médicos	Da administração
<b>Cap. 13</b>	Da comissão de sindicâncias	---	Deveres do contínuo cobrador	Da comissão de contas e dos oradores
<b>Cap. 14</b>	---	---	Disposições gerais	Da bolsa esperancista e seu objetivo
<b>Cap. 15</b>	---	---	---	Disposições penais
<b>Cap. 16</b>	---	---	---	Disposições gerais

Fontes: Estatutos das Sociedades Benéficas Fraternidade Artística (1881), Harmonia dos Artistas (1881 e 1911) e Feliz Esperança (1897).

Tabela 2: Socorros oferecidos pelas mutuais analisadas por Tânia de Luca

Benefícios	Mutuais por Etnias (%)	Mutuais por categorias profissionais (%)	Mutuais totalidade (%)
Fornecer tratamto médico	39,4	49,1	42,7
Fornecer medicamentos	22,5	38,2	32,5
Prestar auxílios a doentes	33,8	60	56,9
Fazer funeral dos sócios	40,8	49,1	51,6
Prestar auxílio a presos	15,5	20	19,1
Prestar auxílio a viúvas	12,7	18,2	30,1
Prestar auxílios a velhos	8,5	29,1	22,8
Prestar assistência jurídica	9,9	27,3	13,8
Propiciar instrução	49,3	27,3	26,8
Organizar de bibliotecas	22,5	20	18,3
Propiciar lazer	16,9	21,8	16,3

Fonte: LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo)*. São Paulo, Editora Contexto, 1990. p. 33, 82 e 146.

Tabela 3: Socorros oferecidos pelas sociedades de socorros mútuos em Pelotas

Benefícios	S. B. Fraternidade Artística (1881)	C. B. Harmonia dos Artistas (1881)	S. B. Harmonia dos Artistas (1911)	S. B. Feliz Esperança (1897)	Mutuais negras em Pelotas (%)
Fornecer tratamento médico	Sim	Sim	Sim	Sim	100
Fornecer medicamentos	Sim	Sim	Sim	Sim	100
Prestar auxílios a doentes	Sim (1\$000 iários, podendo ser elevado para 1\$500)	Sim (1\$000 diários até 4 dias)	Sim (moléstia repentina ou grave 10\$000)	Sim (1\$000 diários até 15 dias e \$600 até 180 dias)	100
Fazer funeral dos sócios	Sim (60\$000 com o enterro)	Sim (não pode exceder 60\$000)	Sim (não pode exceder a quantia de 60\$000)	Sim (60\$ a 100\$000 conforme as condições do caixa)	100
Prestar auxílio a presos	---	Sim (1\$000 diários até 4 dias)	Não	Sim (\$400 diários até o julgamento)	50
Prestar auxílio à família ou órfãos	Sim (pensão por 6 meses)	Sim			50
Prestar auxílio a viúvas	---	Sim			25
Prestar auxílios a velhos	---	Sim (indigentes..)		Sim (\$600 diários)	50
Procurar trabalho		Sim			25
Prestar assistência jurídica	Sim	Sim		---	50
Propiciar instrução	Sim			Sim	50
Organizar de bibliotecas	Sim			Sim	50

Fontes: Estatutos das Sociedades Beneficentes Fraternidade Artística (1881), Harmonia dos Artistas (1881 e 1911) e Feliz Esperança (1897).

Tabela 4: Divisão interna dos sócios

<b>Divisão dos sócios:</b>	<b>Fraternidade Artística (1881)</b>	<b>Harmonia dos Artistas (1881)</b>	<b>Harmonia dos Artistas (1911)</b>	<b>Feliz Esperança (1897)</b>
<b>Ativos, efetivos e contribuintes</b>	Pagarem as jóias e mensalidades	Contribuírem com suas jóias e mensalidades	Pagar as jóias e as mensalidades	Contribuem com suas jóias e mensalidades.
<b>Beneméritos</b>	São aqueles que por seus atos humanitários ou importantes donativos tornarem-se isentos de contribuições.	São os que através dos atos de beneficência ou relevantes serviços prestados, tornam-se isentos de contribuição; são aceito os que prestarem serviços pecuniários na quantia de 100\$000.	São os que tenham prestado serviços relevantes (propor 50 sócios ativos ou 10 remidos), isentos de qualquer contribuição; são aceitos os que doarem a quantia nunca inferior de 500\$000.	São os sócios que tenham prestado serviços ainda mais relevantes que os honorários e os que fizerem aquisição de 25 sócios, pelo menos, que contribuam com as suas respectivas jóias e mais uma anuidade de 12\$000.
<b>Honorários</b>			Todos aqueles que a diretoria julgue distinguir por serviços prestados; isentos de qualquer contribuição.	São aquelas pessoas que fazendo ou não parte da sociedade se distinga por serviços importantes pessoais ou pecuniários.
<b>Remidos</b>		São os sócios comuns e fundadores que pagarem respectivamente 105\$000 e 13\$000.	São os que na inscrição pagarem 150\$000; os ativos se pagarem 120\$000.	
<b>Sócios fundadores</b>	São aqueles que fizeram parte no dia da fundação; são distinguidos com uma fita.	São os presentes na sessão de fundação, efetivos ou beneméritos; são distinguidos nos seus diplomas.		São os que forem reconhecidos como tal até a sessão de instalação.

Fontes: Estatutos das Sociedades Beneficentes Fraternidade Artística (1881), Harmonia dos Artistas (1881 e 1911) e Feliz Esperança (1897).

Tabela 5: Critérios de admissão dos sócios

<b>Admissão de sócios:</b>	<b>S. B. Fraternidade Artística (1881)</b>	<b>C. B. Harmonia dos Artistas (1881)</b>	<b>S. B. Harmonia dos Artistas (1911)</b>	<b>S. B. Feliz Esperança (1897)</b>
<b>Idades:</b>	16 – 50 anos	16 – 50 anos	15 – 50 anos	16 – 60 anos
<b>Jóia:</b>	6\$000	5\$000	15\$000	12\$000 e 50\$000 p/ maiores de 50 anos
<b>Mensalidades:</b>	2\$000	1\$500	1\$500	1\$000
<b>Condições:</b>	Ser morigerado, gozar bom conceito, não estar pronunciado, não achar-se envolvido em crime de qualquer natureza, não estar enfermo, se exerce ocupação honesta.	Exercer profissão decente, ser morigerado, gozar de bom conceito, não estar pronunciado, não sofrer moléstias crônicas.	Ter profissão honesta, ser morigerado, não padecer de moléstias crônicas (submeter à exame médico).	Ser morigerado, gozar bons conceitos, não ter envolvimento em crimes, não padecer de moléstias crônicas, se professa meio honesto de vida.
<b>Outros:</b>	Não dar-se continuamente ao vício da embriaguez.			Nacionalidade, estado, profissão.

Fontes: Fonte: Estatutos das Sociedades Beneficentes Fraternidade Artística (1881), Harmonia dos Artistas (1881 e 1911) e Feliz Esperança (1897).